



20 anos de História da Universidade do Minho. Depoimentos e testemunhos

Reedição



UMinho Editora
Documentos

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Manuela Martins

DESIGN e PAGINAÇÃO
Tiago Rodrigues

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga

ISBN digital 978-989-9074-42-2

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.173>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons
Atribuição 4.0.

20 anos de História da Universidade do Minho. Depoimentos e testemunhos

Reedição

Os textos não seguem o novo Acordo Ortográfico de 1990.

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | <u>7</u> |
| PRÓLOGO <i>Vítor Aguiar e Silva</i> | <u>9</u> |
| DEPOIMENTO <i>José veiga Simão</i> | <u>13</u> |
| DEPOIMENTO <i>Carlos Lloyd Braga</i> | <u>17</u> |
| NO 20.º ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DO MINHO <i>Joaquim Pinto Machado</i> | <u>37</u> |
| DEPOIMENTO <i>Diogo Freitas do Amaral</i> | <u>39</u> |
| O MEU TESTEMUNHO. A COMISSÃO INSTALADORA E A UNIVERSIDADE DO MINHO <i>Lúcio Craveiro da Silva</i> | <u>41</u> |
| A ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO <i>Joaquim Barbosa Romero</i> | <u>45</u> |
| DESAFIO IRRECUSÁVEL <i>Joaquim Santos Simões</i> | <u>51</u> |
| EM TEMPO <i>Joaquim Santos Simões</i> | <u>63</u> |
| COM A BALIZA ÀS COSTAS <i>João de Deus Pinheiro</i> | <u>65</u> |
| O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DO MINHO <i>Sérgio Machado dos Santos</i> | <u>67</u> |

As comemorações dos 50 anos da Universidade do Minho representam um momento privilegiado para editar ou reeditar documentos relacionados com a história da Universidade do Minho. É essa circunstância que justifica a reedição, agora em acesso aberto, do livro *20 anos de História da Universidade do Minho*, publicado originalmente em 1994. Devemos ao então vice-reitor, o Professor Doutor Vítor Aguiar e Silva, que prefacia a edição, a organização da obra que pretendeu assinalar o vigésimo aniversário da instituição, reunindo um conjunto de depoimentos de várias personalidades que estiveram intimamente ligadas ao devir da Universidade nas suas primeiras décadas de existência, bem como aos seus órgãos de direção, incluindo reitores e membros da sua Comissão Instaladora, em funções entre 1974 e 1881.

Alguns dos depoimentos, pertencentes a figuras entretanto desaparecidas e reconhecidos protagonistas da criação, consolidação e sucesso da Universidade do Minho, refletem as preocupações e desafios com que esta se confrontou e que deixaram memória nas suas ações e experiência pessoais. Nesse contexto se enquadra o depoimento do Professor Doutor José Veiga Simão, Ministro da Educação responsável pela Reforma que haveria de dar origem à criação, em agosto de 1973, das Novas Universidades, na qual a Universidade do Minho se incluiu, que desde sempre acompanhou o seu desenvolvimento. Também é nessa leitura que se justifica o depoimento do Professor Doutor Carlos Lloyd Braga, primeiro Reitor e Presidente da Comissão instaladora da Universidade do Minho, que enfrentou os primeiros desafios que se colocaram à nova academia. O livro integra ainda as reflexões de vários membros que integraram a Comissão Instaladora, na qual assumiram a responsabilidade de liderar grupos de trabalho, constituídos na primeira reunião daquela Comissão, para deliberar sobre os cursos a ensinar na Universidade. São eles: o Professor Doutor **Joaquim Pinto Machado**, responsável pelo grupo de trabalho da área das “Medicinas”; o Professor Doutor **Diogo Freitas do Amaral**, a quem coube a liderança do grupo “Direito, Economia, Administração e Sociologia”, até ser substituído, em fevereiro de 1975, pelo Dr. **Joaquim dos Santos Simões**, personalidade que foi vista por vários setores como um representante dos legítimos interesses da cidade de Guimarães na Universidade do Minho; o Professor Doutor Lúcio Craveiro da Silva, responsável, pelo grupo de trabalho de “Artes e Letras”; o Professor Doutor **Joaquim Barbosa Romero**, que encabeçou o grupo das “Ciências Exatas e Tecnologia” e o Professor **Doutor João de Deus Pinheiro**, Reitor da Universidade do Minho, eleito em 1984, que havia assumido algum protagonismo com a criação do GEID (Gabinete Executivo de Instalações Definitivas) da Universidade do Minho, em maio de 1977 e que tinha como missão planejar, gerir, acompanhar e dar corpo às Instalações Definitivas, articulando as decisões de índole política com a sua implementação no terreno. O livro inclui ainda o depoimento do Professor Doutor **Sérgio Machado dos Santos**, que era Reitor da Universidade do Minho por ocasião da edição deste livro, em 1994 e que foi também membro da Comissão Instaladora e presidente do Conselho Científico da Instituição, entre outros cargos de relevo.

A obra agora reeditada, em *e-book*, visa contribuir para um maior conhecimento da História da Universidade do Minho, reunindo, de acordo com o editor original:

“... depoimentos e testemunhos dos que intervieram com responsabilidades cimeiras, em vários planos e domínios, no processo de criação e desenvolvimento da Universidade do Minho.

Para todos quantos viveram e construíram o tempo histórico da criação e do desenvolvimento de uma Universidade nova, conscientes de que eram herdeiros, por linhagens diversas, da mais importante instituição cultural e científica do Ocidente e de que lhes cabia o dever, dentro dos limites, das constringências, das esperanças e das virtualidades da sua situação histórica, de edificar uma obra para o presente e para os séculos a vir, vinte anos representam e significam uma temporalidade densa: a fulguração de um projeto, o combate quotidiano por um sonho, o amargor das desilusões, o júbilo de muita obra feita e consolidada...”

O e-book que agora se edita, reavivando a memória dos primeiros vinte anos da história da Universidade do Minho, vem engrossar a coleção, *História e Memória da Universidade do Minho / Documenta*, da UMinho Editora. A obra constitui-se como mais um passo na estratégia da instituição dar a conhecer o seu trajeto e construir a sua memória institucional, tirando partido das digitalizações que foram realizadas, desde 2012, pela Fundação Loyd Braga, no âmbito do Projeto de História da Universidade do Minho, patrocinado pela Reitoria e coordenado pela Professora Fátima Ferreira, docente do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

As coordenadoras

Márcia Oliveira

Manuela Martins

PRÓLOGO

Victor Aguiar e Silva

Na relatividade do tempo histórico, se pensarmos nas multisseculares Universidades europeias e até americanas - Bolonha, Paris, Oxford, Heidelberg, Salamanca, Coimbra, Harvard... -, vinte anos na história de uma Universidade podem ser julgados como uma duração breve, exígua e até insignificante.

Todavia, para todos quantos viveram e construíram o tempo histórico da criação e do desenvolvimento de uma Universidade nova, conscientes de que eram herdeiros, por linhagens diversas, da mais importante instituição cultural e científica do Ocidente e de que lhes cabia o dever, dentro dos limites, das constringências, das esperanças e das virtualidades da sua situação histórica, de edificar uma obra para o presente e para os séculos a vir, vinte anos representam e significam uma temporalidade densa: a fulguração de um projecto, o combate quotidiano por um sonho, o amargor das desilusões, o júbilo de muita obra feita e consolidada. Nesta perspectiva, os depoimentos e testemunhos dos que intervieram com responsabilidades cimeiras, em vários planos e domínios, no processo de criação e desenvolvimento da Universidade do Minho, revestem-se de indubitável interesse histórico institucional, nacional e regional. Felizmente, este livro pode contar com os depoimentos do Ministro da Educação Nacional que criou a Universidade do Minho, de todos os seus Reitores e de todos os vogais da originária Comissão Instaladora, com excepção do Eng.º António Carneiro.

Desde que o projecto da elaboração e da publicação deste livro de depoimentos e testemunhos germinou e ganhou consistência, advoguei a ideia de que era desejável não propor - e ainda menos impor - qualquer espécie de plano ou de linhas orientadoras. Cada "actor" deveria assumir o seu "papel", trazer o seu testemunho e produzir o seu depoimento, sem a preocupação de articular concertadamente a sua voz com as vozes dos outros. A polifonia e o perspectivismo assim obtidos haveriam de ser mais interessantes e fecundos do que a rígida coerência global e a estrita complementaridade, em termos de informação, de textos produzidos em conformidade com um minucioso plano previamente traçado. E assim aconteceu. Ao ler estes depoimentos e testemunhos, o leitor compreenderá bem a verdade profunda da asserção aforismática de Buffon segundo a qual «O estilo é o próprio homem»: cada texto, na tessitura dos fios do seu discurso, exprime uma sensibilidade peculiar e manifesta um ponto de vista próprio, contribuindo com a sua voz inconfundível para a unidade dialógica do livro.

Todos estes textos, pela lógica profunda da sua génese e da sua finalidade, constroem uma memória histórica, proporcionando ao leitor informações relevantes, originais e até inéditas. Referem-se eventos, circunstâncias, personagens; evocam-se estados de espírito, atmosferas e correntes de opinião que avultaram em períodos conturbados da nossa história recente; relembram-se jornadas de trabalho em comum, laços de amizade, projectos partilhados, caminhos andados em conjunto. Sob esta perspectiva, penso que é justo, por motivos intrínsecos e extrínsecos, destacar dois depoimentos: o do Professor Veiga Simão e o do Professor Lloyd Braga.

O depoimento do Professor Veiga Simão, com que naturalmente abre o livro, tem um significado que transcende o próprio evento que comemoramos, pois que, à distância de vinte anos, é também uma reflexão, ao mesmo tempo emocionada e serena, sobre a reforma do sistema educativo de que foi corajoso e lúcido responsável político e que constituiu, pelos horizontes que rasgou, pelas ideias novas que a inspiravam, pelas esperanças que despertou, a mais importante e fecunda reforma do sistema educativo em Portugal, desde há muitas décadas.

Bastaria a sua decisão de criar Universidades novas, contra uma muralha de suspeitas, desconfianças e hostilidades do *establishment* político e universitário, para marcar indelevelmente a sua acção como Ministro da Educação Nacional. A criação de Universidades novas representava uma alteração profunda nos mecanismos de produção do capital simbólico e, por conseguinte, nos mecanismos de reprodução social e por isso, num País que durante séculos teve uma única Universidade, desencadeou oposições tenazes e virulentas, mesmo quando surdas. Em Portugal, como a história reiterada e tristemente comprova, a resistência à inovação e à criatividade tem âncoras de profundidade abismal.

O depoimento do Professor Lloyd Braga é uma contribuição fundamental para a história da Universidade de que foi o primeiro Reitor. Na sua exposição intencionalmente factualista, na objectividade e na precisão dos elementos de informação que proporciona, o Professor Lloyd Braga narra a história dos anos difíceis e incertos em que verdadeiramente se jogou o destino da Universidade do Minho. O que ele não diz, por elegância moral, mas muitos sabem bem, é que se o projecto da construção da Universidade do Minho não soçobrou, por entre as convulsões políticas do período revolucionário, as dificuldades orçamentais, as flutuações da política educacional, as lutas e dissensões das forças políticas nacionais e regionais, isso se ficou a dever, de modo determinante, à lucidez pragmática, à capacidade de diálogo, ao bom senso, ao empenhamento e ao espírito universitário do Professor Lloyd Braga. Teve colaboradores de excepcional valia nos membros da Comissão Instaladora, mas sem a vontade, a inteligência e a sabedoria prática do seu primeiro Reitor, a Universidade do Minho dificilmente teria resistido às incertezas, aos conflitos e aos abalos dos primeiros anos da sua história.

Nestes depoimentos, porém, é impossível dissociar a construção da memória histórica da construção do futuro. Aquela, aliás, só tem sentido e só se legitima nestes textos à luz desta última. Criar e construir uma Universidade nova, em anos de profundas e imprevisíveis mudanças sociais, políticas, económicas, culturais e científicas, é um diálogo e um confronto fascinantes e temíveis com o futuro. Um confronto e um diálogo que exigem audácia e que requerem prudência - duas qualidades e atitudes de espírito e de comportamento que é difícil aliar e conciliar.

À Universidade do Minho coube a sorte, ao longo destes vinte anos, de ter como Reitores personalidades que assumiram exemplarmente esse diálogo e esse confronto com o futuro.

Após o termo do reitorado do Professor Lloyd Braga desempenhou as funções de Reitor em exercício o Professor Barbosa Romero, um universitário de rara cultura

científica e humanística, que à Universidade do Minho deu um contributo valiosíssimo na elaboração da filosofia e da estrutura do seu modelo institucional, sucinta e rigorosamente expostas no seu depoimento. Neste texto, reencontro a voz do Professor Romero que me habituei a admirar nos vários órgãos da Universidade do Minho nos quais, ao longo dos tempos, temos trabalhado: uma voz serenamente reflexiva, problematizadora e interrogante de si mesma e das certezas dos outros.

O Professor Lúcio Craveiro da Silva foi o primeiro Reitor eleito da Universidade do Minho (e de todas as Universidades portuguesas, sublinhe-se). Tendo assumido o governo da Universidade num período de alguma conturbação e fragilidade internas, ele foi o Reitor da sabedoria e da prudência que soube serenar espíritos e congregar vontades, tendo justamente ganho uma autoridade moral que continua a ser um património inestimável da Universidade do Minho. Durante o seu reitorado, com firmeza e clarividência, deram-se passos muito importantes em matéria de planeamento e nos domínios da consolidação dos cursos de graduação e da abertura dos primeiros cursos de pós-graduação.

O Professor João de Deus Pinheiro, com a sua visão estratégica do desenvolvimento da Universidade, com a agudeza da sua inteligência, a sua invulgar capacidade de diálogo e o encanto do seu trato pessoal, teria sido decerto um grande Reitor, se a política não o tivesse seduzido, roubando-o extemporaneamente à Universidade.

O Professor Sérgio Machado dos Santos, numa história de vinte anos da Universidade do Minho, perfaz como Reitor quase metade desse período de tempo. Ao longo destes anos do seu governo, o projecto da Universidade do Minho ganhou efectiva e irreversivelmente forma, tornou-se uma realidade com fundamentos sólidos e com objectivos estrategicamente bem definidos, como o depoimento do actual Reitor serena e claramente demonstra. No domínio pedagógico, no campo da investigação científica, na área da cultura, no sector dos serviços prestados à comunidade, a Universidade do Minho é hoje uma Universidade adulta, inovadora, criativa, com boas e até, em muitos casos, excelentes condições de estudo, de trabalho e de vida universitária. Este crescimento equilibrado, coerente e sem sobressaltos, com o desígnio explícito de nunca sacrificar a qualidade à quantidade, deve-se em grande parte - uma parte muito grande - à singular capacidade de governo do Professor Machado dos Santos, à inteligência com que analisa e avalia os problemas e as situações e à firmeza com que decide, à sua preocupação de construir soluções de consenso, ao seu devotamento quotidiano - quase monástico - *à res universitaria*.

Não se interprete quanto fica dito como uma apologia de qualquer espécie de visão *carlyliana* da história como um percurso e um destino moldados e marcados por heróis. O êxito da Universidade do Minho é a vitória de uma comunidade: os Reitores, a Comissão Instaladora, as centenas de professores, de assistentes, de investigadores e de funcionários e os milhares de estudantes que, em Braga e Guimarães, suportando durante alguns anos condições precárias de ensino, de investigação e de trabalho, acreditaram e acreditam neste projecto. A verdadeira *energeia* criadora da Universidade reside na inteligência, na cultura, na consciência crítica, na insatisfação, na generosidade, na dedicação e no trabalho destes milhares de homens e de mulheres,

de gerações diversas, que crêem nos valores fundacionais e fundamentais consubstanciados pelas Universidades: a liberdade de ensinar e de aprender, a liberdade de construir a cultura e a ciência, o respeito pela dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento integral e justo das comunidades regionais e nacionais de que fazem parte, o sentido universalista dos seus fins e objectivos.

Estes vinte anos de história são já a certeza de uma viagem de séculos.



DEPOIMENTO

José Veiga Simão

Em 17 de Fevereiro de 1974, numa cerimónia inesquecível, conferi posse à Comissão Instaladora da Universidade do Minho. Foi no histórico Palácio dos Arcebispos de Braga, Reitoria da nova Universidade, na qual passaram a integrar-se a Biblioteca Pública e o Arquivo Histórico.

Numa homenagem ao Passado, abriram-se caminhos do Futuro. Horas antes, na Sé, o Arcebispo Primaz de Braga, Dom Francisco Maria da Silva, para comemorar o acto, proclamava: «O Minho está em festa; vamos cantar *Te Deum*...». Autoridades e povo identificavam-se numa aspiração que jamais adormecera.

Nessa altura, ao conferir a posse, afirmei: «Queremos Universidades a formar homens - Universidades de trabalho e de criação - Universidades, espaços de reflexão - Universidades com independência de pensamento». A Comissão Instaladora era presidida pelo Reitor, Prof. Eng.º Carlos Lloyd Braga e tinha como vogais o Prof. Eng.º Barbosa Romero, ambos meus próximos e excelentes colaboradores na estruturação da Universidade de Lourenço Marques, os eminentes e consagrados Professores Doutores Freitas do Amaral, Pinto Machado e Craveiro da Silva, este último Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica e, ainda, o Eng.º António Carneiro, profundo conhecedor dos problemas de desenvolvimento da Região Norte.

Uma equipa da minha confiança pessoal, capaz de dar corpo a uma Obra que se ia projectar para além da vida. As vicissitudes causadas por uma Revolução anárquica que, felizmente, se rendeu à Democracia e à Liberdade, demonstraram a justeza da escolha da equipa, aperfeiçoada e enriquecida com o andar dos tempos.

Não foi fácil, porém, chegar ao altar da Sé para cantar *Te Deum* pela Universidade do Minho.

A aprovação, em Dezembro de 1972, do Decreto-Lei publicado em Agosto de 1973, que consagrou um ambicioso Programa de Expansão e Diversificação do Ensino Superior, não foi fácil, nem pacífica.

As dificuldades reais e as barreiras artificiais que tiveram de ser vencidas não são passíveis de descrição lógica, por não se identificarem linearmente com forças políticas, económicas ou sociais, até porque interesses de classe sempre pesavam na balança da decisão.

Não deixam de ser curiosos os argumentos então apontados para não serem criadas as novas Instituições do Ensino Superior. É que, dizia-se: «Universidades... era espalhar subversão»; «Portugal não podia ser um País de bacharéis e doutores»; «Investimento na Educação não era economicamente rentável»; «Primeiro a economia e depois a educação»; «As Universidades existentes não podem perder zonas de influência regionais, nacionais e internacionais»; «Os Países mais desenvolvidos, após as contestações estudantis dos anos 60, estão a refrear a expansão do ensino superior»; «Não podemos agravar os problemas políticos do Governo, a braços com a guerra do Ultramar»; «Não há meios nem professores».

Os argumentos políticos estavam eivados de medo perante o futuro e feridos de uma passividade confrangedora. Os outros argumentos não tinham em conta as experiências exemplares de Moçambique e de Angola, como apostas criativas nos jovens de mérito, inseridos numa programação cuidada. Mas essas experiências eram resposta aos que nunca souberam o que é um acto de criação e se limitam a gerir os bens criados por outros. Felizmente, o Programa assentava em dois estudos de grande rigor e profundidade, que permitiam defendê-lo como um todo, sem a mínima quebra de unidade e de coerência.

Um dos estudos, no qual participaram personalidades do maior prestígio na actual sociedade portuguesa, baseava-se em critérios demográficos, económicos e sociais e nas perspectivas da necessidade de meios humanos qualificados para o desenvolvimento do nosso País e concluía pela localização estratégica das Instituições do Ensino Superior. O outro estudo, designado por Plano de Desenvolvimento Educativo, integrado no Plano Global de Fomento, atribuía à Reforma Educativa, para o período 1974-1979, cerca de 3 mil milhões de contos, a preços de 1993, destinados, essencialmente, à formação qualificada de recursos humanos e ao desenvolvimento das infra-estruturas. As Universidades estavam devidamente contempladas.

Justo é mencionar que a aprovação do Programa de Expansão e Diversificação de Ensino Superior só foi possível porque Marcello Caetano lhe concedeu, no momento final, o apoio imprescindível, contrariando a opinião da larga maioria dos seus Ministros.

Esse Programa, traduzido em lei, para além do fortalecimento das cinco Universidades existentes em Coimbra Lisboa e Porto, criava mais quatro Universidades, uma das quais a do Minho. Ao mesmo tempo, seriam instaladas nove Escolas Normais Superiores e onze Institutos Politécnicos, cinco dos quais resultavam da valorização dos Institutos Comerciais e Industriais. Um Programa ambicioso é certo, mas solidamente estruturado, que apontava para caminhos concretos e inovadores, para uma coexistência dinâmica entre a qualidade e a quantidade, para um equilíbrio harmonioso entre o ensino universitário e o ensino politécnico.

A prioridade maior centrava-se no desenvolvimento, sempre complexo, do binómio «expansão-excelência», o qual não era possível sem projectos estratégicos de formação de professores, à semelhança das experiências exemplares realizadas, com sucesso indelével, nas Universidades de Moçambique e de Angola.

A descolonização trágica e a cegueira de novos governantes africanos deram origem à evasão da «inteligência universitária» daqueles novos Estados e facilitaram o ingresso de jovens Doutores nas novas Universidades, facto que não estava previsto no planeamento inicial. A Universidade do Minho beneficiou, assim, de mais de duas dezenas de Doutores de excelente qualidade.

No entanto, parálises no Programa da Expansão e Diversificação do Ensino Superior, associadas às grandes transformações socioeconómicas e aos desafios da última década, foram causa objectiva de alguns efeitos negativos que hoje sofremos, dando lugar a uma expansão anárquica das Instituições do Ensino Superior, o que causa justificadas apreensões.

Mas, para além das razões sociais e económicas que determinaram a criação da Universidade do Minho, não se podem deixar de recordar outras de natureza histórica. A acção nobilíssima, durante séculos, da Igreja Católica nesta região obriga a referir, no âmbito dos Estudos Superiores de Filosofia e Teologia, o Colégio de S. Paulo, o Instituto Bento Miguel de Carvalho, o Colégio do Convento da Costa, a Faculdade Pontifícia no seio da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, para além da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, aberta e pública a partir do ano de 1971, orgulhando-me, como Ministro da Educação, de ver satisfeita em vida a aspiração dum Homem superior, o Cardeal Cerejeira.

A criação de novas Universidades surpreendeu forças da situação e da oposição ao regime, até porque umas e outras, como se verificou no pós-Abril, viam o fenómeno da educação por janelas redutoras da abertura ao Mundo, muitas vezes estreitadas por interesses de classes e por lutas pessoais entre personalidades aliás com indiscutível prestígio científico. É disso testemunha a turbulência por que passou a Universidade do Minho nos seus primeiros anos.

Mas o espírito com que foi criada garantiu os graus de liberdade suficiente que lhe permitiram um desenvolvimento sólido, associado a novas ideias e projectos.

Para além da autonomia concedida pelo Decreto-Lei n.º 402 / 73, de 11 de Agosto, incentivador de novos cursos e planos curriculares e dinamizador das actividades de investigação e desenvolvimento e da missão científica e cultural à comunidade, a Universidade do Minho concretizou um modelo orgânico flexível capaz de não só desafiar o seu tempo mas colocar-se na vanguarda do pensamento e da transformação da sociedade portuguesa.

Pode orgulhar-se a Universidade do Minho de vir estruturando e aperfeiçoando novos modelos orgânicos de actividades pedagógicas, de ensino e de investigação, numa visão de interdisciplinaridade e de unidade do saber, ligada à optimização, sempre necessária, dos recursos humanos e materiais. Por outras palavras, a criação de unidades de «saber», e «saber fazer», num quadro amplo de «saber pensar», como configurações maleáveis e adaptáveis à evolução científica, permite à Universidade contribuir imaginativamente para a solução de problemas cruciais do emprego, da reconversão e da modernização do sistema produtivo e da estrutura social, numa perspectiva dum modelo de desenvolvimento tecnológico-cultural, essencial ao nosso País.

A configuração variável dessas unidades permitir-lhe-á fortalecer núcleos de excelência competitivos na União Europeia, essenciais para uma verdadeira afirmação da personalidade portuguesa no Mundo, com incidência particular nesta zona da Europa, aliada à procura de uma convivência exemplar a fortalecer entre a Galiza e o Norte de Portugal.

Com efeito, é verdadeiramente promissora, perante o equilíbrio entre as Ciências Exactas e as Tecnologias e as Ciências Humanas e Sociais, a capacidade de sustentar simbioses inovadoras de actividades dirigidas para a mobilidade no trabalho e para novos métodos de exercício profissional, designadamente na formação pós-graduada e na actualização do conhecimento, ultrapassando o conceito estático do ensino formal.

Mas não foi fácil à Universidade do Minho encontrar um modelo físico que sublimasse o binómio Braga-Guimarães, por razões de bairrismo respeitável, embora por vezes doentio. A realidade de hoje, visionada há vinte anos, facilita novas soluções, não devendo afastar-se de esquemas de ensino universitário por estádios ou ciclos, sobre os quais assenta uma formação altamente qualificada e uma formação profissional contínua.

Tudo isto leva legitimamente a perguntar: O que seria de Portugal sem as novas Universidades colocadas em posições estratégicas neste pequeno território?

Como resposta, podemos dizer que a Universidade do Minho, com mais de 10 000 alunos - e não será avisado aumentar muito mais, privilegiando-se a pós-graduação, que deve atingir 1/3 da população actual -, com mais de 200 doutores no exercício de funções docentes e investigação, com uma abertura dinâmica ao exterior e com resultados significativos no meio empresarial e nos serviços, é, sem dúvida, uma entidade inteligente da cultura portuguesa, que dá mais confiança no Futuro.

A activa cooperação da Comunidade nos órgãos do poder académico e o dinamismo dos estudantes, como activos construtores desse Futuro, mercê das suas Associações e iniciativas, serão um complemento natural duma evolução previsível para o 3.º milénio, orientada pela liberdade criativa e pela independência do pensamento.

Com um passado recente de que professores, estudantes e funcionários se orgulham, acompanhados da gente portuguesa do «mais Norte», justo é, neste momento, prestar homenagem aos seus obreiros, nas pessoas dos seus Reitores, Prof. Eng.º Lloyd Braga, Barbosa Romero, Craveiro da Silva, Deus Pinheiro e Sérgio Machado dos Santos.

Uma grande tarefa foi já cumprida. Novos trabalhos se abrem no horizonte, na visão ilusória de que é possível aproximarmo-nos de Deus. Outros domínios do conhecimento serão cultivados. Os Cursos de Medicina, inicialmente programados, não podem esperar.

No que me diz respeito, sinto-me possuído da estranha felicidade de ter contribuído para a criação de uma Escola de Pensamento que, nascida em Coimbra, criou raízes em Moçambique e floresceu nas «novas Universidades Portuguesas». Uma Escola, simbiose do «antigo» e do «novo», que se afirma na defesa de valores sagrados de portuguesismo e na abertura a todos os desafios. Uma Escola, cujo lema é a aposta incondicional na inteligência. Muitos dos seus continuadores estão aqui, em Braga e Guimarães.

A Universidade do Minho é, assim, um símbolo dinâmico dessa Escola que tem a consciência de que a Educação é sempre a primeira prioridade de Portugal, de ontem, de hoje e do amanhã. Uma Universidade que, pela sua génese, tem sempre presente que deve estar em todos os lugares do Mundo, nomeadamente naqueles onde vive a língua portuguesa.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1993.



DEPOIMENTO

Carlos Lloyd Braga

Foi com grande satisfação que aceitei o encargo de contribuir com o meu depoimento para esta publicação comemorativa dos 20 anos da Universidade do Minho. Como é natural, a minha contribuição centrar-se-á no período de instalação da Universidade, que decorreu entre 17.2.74 e 31.12.81, e durante o qual tanta coisa aconteceu no nosso País.

Recordo-me com muita clareza do que foi o dia 17 de Fevereiro de 1974, dia em que a Universidade do Minho nasceu com a posse da sua Comissão Instaladora (CIUM). O Reitor, de capa e batina, acompanhado pelo Governador Civil de Braga, o Presidente da Câmara Municipal de Braga e várias autoridades civis, militares e religiosas do distrito, como era hábito na época, foram esperar o Ministro da Educação, o Prof. Doutor Veiga Simão, na fronteira do distrito, na ponte que liga a Trofa a Ribeirão e, em cortejo automóvel, deslocaram-se até ao Arco da Porta Nova em Braga. Daí, o cortejo seguiu a pé pela Rua D. Diogo de Sousa até à Sé de Braga, acompanhado por muitas pessoas que manifestavam o seu regozijo pela concretização de um sonho antigo.

Na Sé, o então Arcebispo Primaz de Braga, D. Francisco Maria da Silva, recebeu-nos com palavras que nunca mais esquecerei: «O Minho está em festa, vamos cantar *Te Deum*». Seguiu-se a posse e jantar comemorativo, realizados no antigo Palácio dos Arcebispos de Braga, desde então a Reitoria da Universidade do Minho. E porque a tarefa era grande e urgente, dois dias depois da sua posse, a CIUM teve a sua primeira reunião, que durou três dias, e na qual foram aprovadas algumas directrizes fundamentais para a instalação da Universidade, como se pode ver pela acta dessa reunião.

Os vogais da CIUM, presidida pelo Reitor, foram inicialmente, a título pessoal, os Profs. Doutores Barbosa Romero, Craveiro da Silva, Pinto Machado e Freitas do Amaral e o Eng.º António Carneiro e, por inerência, o Eng.º César Montenegro (representante do MESA - Ministério do Equipamento Social e Ambiente) e o Dr. Vale e Vasconcelos (Administrador da UM).

Durante o período de instalação, a composição da CIUM sofreu várias alterações. Por diversas razões, alguns tiveram que a abandonar e outros lhe vieram a pertencer. Quanto aos que partiram e eram vogais por inerência, o Eng.º César Montenegro foi substituído pelo Eng.º Vieira da Cruz e o Dr. Vale e Vasconcelos pelo Dr. João Cabral, posteriormente substituído pelo Eng.º Aguilar Monteiro. Quanto aos vogais a título pessoal, o Prof. Doutor Freitas do Amaral, por incompatibilidade das suas funções na UM com as que exercia em Lisboa, foi substituído pelo Dr. Santos Simões e o Eng.º António Carneiro, por se ter aposentado, cessou as suas funções.

À medida que a Universidade do Minho crescia e passava a dispor de vários docentes qualificados, que exerciam funções de grande responsabilidade na UM, foi decidido tornar a CIUM mais representativa da Universidade. Por esse motivo, até ao fim da sua vigência, tomaram posse os seguintes vogais da CIUM: Profs. Doutores

Evangelista Loureiro, Machado dos Santos, Luís Soares, Barreiros Martins, Chainho Pereira e Lopes Nunes, todos professores da UM. E não quero deixar de referir que somente os Profs. Doutores Craveiro da Silva e Pinto Machado aguentaram o desgaste, e certamente a satisfação, do cumprimento integral do mandato que lhes foi conferido em 17.2.74. Penso ser importante referir, quanto mais não seja como exemplo para a sociedade portuguesa, que a CIUM, apesar das diferentes formações e convicções dos seus membros, sempre que estiveram em jogo questões fundamentais para a Universidade, e salvo uma ou outra exceção que confirma a regra, foi sempre capaz de encontrar soluções que mereceram o apoio unânime dos seus membros.

É minha convicção que essa circunstância foi determinante na resolução dos grandes problemas com que a CIUM se deparou, numa época em que predominava a instabilidade política, a escassez de meios humanos e financeiros, a confusão entre os ensinos Politécnico e Universitário, a guerrilha bairrista e um ambiente revolucionário que só lentamente voltou ao normal.

A CIUM sempre considerou a prioridade das prioridades o poder dispor de pessoal altamente qualificado, em especial o docente. De facto, sem massa cinzenta em quantidade, por maiores que sejam os recursos financeiros, nunca será possível construir uma Universidade de qualidade. E a circunstância de terem arrancado, quase simultaneamente, diversas Instituições de Ensino Superior, tornava muito mais difícil o recrutamento de docentes qualificados de outras Universidades portuguesas.

Por esse motivo foram desde logo consideradas duas medidas, uma a curto prazo e outra a médio e longo prazo.

A primeira consistiu no convite atempado de todos os doutorados, ou em vias de doutoramento no estrangeiro, que sendo de interesse para a Universidade, estavam vinculados às Universidades de Lourenço Marques e de Luanda e desejavam regressar a Portugal em consequência do 25 de Abril. Por esta via, na qual o Prof. Doutor Barbosa Romero desempenhou papel preponderante, foi possível recrutar, em relativamente pouco tempo, mais de 20 docentes doutorados, hoje quase todos professores catedráticos da Universidade do Minho.

A segunda medida foi o estabelecimento de um programa intensivo de formação de pessoal docente, destinado prioritariamente à obtenção do grau de Doutor. Para esse efeito, para além de uma verdadeira «caça» às bolsas disponíveis, concedidas por diversas instituições e países, a Universidade passou a considerar anualmente uma verba no seu orçamento, destinada a bolsas para formação do seu pessoal docente. Na execução dessa tarefa foi fundamental a acção do Prof. Doutor Machado dos Santos, na sua qualidade de Presidente do Conselho Científico da Universidade, que conseguiu criar uma dinâmica que ainda hoje funciona em pleno.

Deste modo pretendia a CIUM atingir índices de funcionamento em que a percentagem de docentes doutorados e de bolseiros não fosse inferior a, respectivamente, 25 % e 10% do número total de docentes em tempo integral, valores que foram atingidos durante o período de instalação e que a CIUM considerava fundamentais para o lançamento de uma Universidade de qualidade.

Penso importante referir que os índices atrás indicados se têm mantido ao longo do tempo, com tendência para aumentar, apesar do enorme crescimento do número de alunos, o que evidencia, tanto no passado como no presente, e espero que no futuro, a importância que a Universidade do Minho sempre tem dado à formação dos seus docentes e, conseqüentemente, à qualidade dos serviços que presta.

Dois problemas fundamentais que a CIUM tinha de resolver o mais rapidamente possível, eram o da localização das suas instalações definitivas e o da elaboração de um programa e plano geral para essas instalações. No que respeita à localização, no Anexo I a este depoimento apresenta-se um resumo sucinto do que foi essa «guerra». A outra «guerra», a do programa e plano geral, é indicado no Anexo II.

Convém, nesta altura, começar por recordar que o mandato inicial da CIUM foi o de instalar **uma** Universidade no Minho, com uma eventual capacidade para **10 000** alunos.

Na altura, a maioria das pessoas só conhecia a Universidade napoleónica, uma federação de Faculdades ou castelos, em que cada um olha os outros com desconfiança e todos se fecham perante a comunidade que os rodeia. Por esse motivo, a ideia predominante era que a solução ideal, para a Universidade do Minho, seria a instalação de Faculdades em várias cidades do distrito, com a Reitoria em Braga, o que tinha a vantagem de resolver as exigências bairristas de muitos.

Quando a CIUM começou a enviar propostas para o Ministério da Educação, e a publicar documentos, em que se demonstrava que a solução mais adequada para a Universidade do Minho, nos tempos de então (e nos de hoje), era a de uma Universidade com uma estrutura muito diferente, mais flexível e económica, capaz de responder com rapidez aos desafios da sociedade em que vive e a sustenta, instalada num único *campus* universitário, condição fundamental para assegurar a interdisciplinaridade, por oposição à monodisciplinaridade das Faculdades, criou-se a situação que se descreve no Anexo I.

Pode perguntar-se por que não se demitiram de facto o Reitor e a CIUM, uma vez que a decisão do governo aparentemente se opunha à sua proposta. Como indicado no Anexo I, o Secretário de Estado do Ensino Superior do 1.º Governo Constitucional, em Outubro de 1976, indicou ao Reitor que, embora a solução do governo fosse a solução bipolar, entendia, tal como a Direcção-Geral do Ensino Superior, que muitas das objecções apresentadas pela CIUM à solução adoptada eram pertinentes e que entendia possível encontrar uma solução de compatibilização que satisfizesse os pontos de vista de ambos e que complementasse a resolução do Conselho de Ministros.

No documento de compatibilização então elaborado, começa-se logo por afirmar no seu ponto 1.1. que os dois polos devem tender para verdadeiros núcleos universitários, multidisciplinares, o que permitia concretizar a interdisciplinaridade desejável, embora a sua concretização fosse desfasada no tempo. E todo o documento se baseia nesta premissa fundamental, a qual implicitamente significa que, a prazo, os dois núcleos universitários se podem autonomizar, isto é, que a Universidade do Minho se pode transformar em duas universidades, quando a sua dimensão o justificar, cada uma com o seu *campus* universitário.

Atendendo à densidade demográfica do Minho e à percentagem crescente do número de alunos do grupo etário 18-24 anos que frequenta a Universidade (nessa altura, em vários países, já era da ordem dos 25 %, valor que hoje atinge 50 % e mais), a CIUM entendeu que não seria descabido pensar que, em poucas décadas, o número de alunos do ensino universitário, no distrito de Braga, pudesse atingir os 20 000. Considerando-se cerca de 10 000 alunos como dimensão média desejável para uma Universidade, era fácil concluir que, a prazo, se justificariam duas Universidades.

Nestas condições, a CIUM entendeu que afinal o que tinha mudado era o seu mandato, que passou a ser a instalação dos embriões de **duas** Universidades (núcleos universitários), com uma eventual capacidade global para **20 000** alunos, mantendo-se inalterado o conceito de Universidade que a CIUM sempre tinha defendido. Uma vez que o governo e a UM aprovaram o documento de compatibilização, deixaram de existir razões que justificassem a demissão do Reitor e da CIUM, embora toda esta «guerra» tenha atrasado cerca de dois anos a concretização das instalações definitivas da Universidade.

Recordemos agora o que foi a «guerra» do programa e plano geral das instalações definitivas, descrito no Anexo II. Para esse efeito, a CIUM considerou conveniente a realização de um concurso público entre firmas projectistas, dividido em duas fases, a primeira de pré-qualificação e a segunda de apreciação das propostas concretas. Quando chegou a altura de escolher a empresa à qual seriam adjudicados os trabalhos, a CIUM, baseada no parecer do júri que apreciou as propostas, escolheu a PRO-FABRIL que, não sendo a mais barata, era das mais baratas e das que melhor satisfazia tecnicamente. Aliás, baseando-se na experiência da Universidade de Lourenço Marques, a CIUM tinha plena consciência de que o tipo de trabalho que se pretendia não podia ser feito pelo preço indicado pela proposta mais baixa.

Foi com grande perplexidade que a CIUM tomou conhecimento de que o Secretário de Estado do Ensino Superior, em 26.9.77, baseado em parecer da Direcção-Geral do Ensino Superior, recusou a proposta da CIUM e aprovou a adjudicação da proposta mais barata, à empresa CPR, cuja designação social foi entretanto mudada para APR. Desde logo, na sua reunião de 11.10.77, a CIUM registou em acta a sua posição sobre este assunto:

«A CIUM continua a pensar que a sua proposta é a mais adequada e satisfatória, e regista o facto para que fique claramente expresso que, como é óbvio, as possíveis consequências desta decisão são da exclusiva responsabilidade do MEIC.»

Em 29.11.77, na presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, foi assinado o contracto com a firma APR, tendo nessa altura sido indicado pelo Reitor, no que se refere ao dimensionamento dos núcleos a programar:

«No que se refere ao número de alunos, prevê-se que o total de instalações a programar nesta fase deve permitir o ensino a cerca de 6 500 alunos no núcleo de Braga e 3 500 alunos no núcleo de Guimarães.

Porém, no que se refere aos terrenos necessários, deverão ser tomadas medidas cautelares urgentes de modo a que, a longo prazo, qualquer dos núcleos se possa expandir até a um máximo de 10 000 alunos.

Trata-se de uma precaução elementar que, a não ser tomada agora, dificilmente o poderá ser no futuro, e que se justifica não só pela elevada densidade demográfica da região, mas também pela elevada e crescente percentagem da população que frequenta a Universidade na Europa de que queremos fazer parte.»

O prazo de execução dos trabalhos adjudicados era de 15 meses, devendo portanto estar concluídos em Abril de 1979. O programa e plano geral foi somente entregue em Setembro de 1980, com imensas deficiências, para as quais a CIUM várias vezes tinha alertado e às quais o APR nunca deu resposta. Por esse motivo, e após várias negociações, a CIUM, em 28.11.80, entendeu que a solução que melhor defendia os interesses do Estado era a de aceitar o relatório final do APR, a troco de uma redução substancial no custo contratual do trabalho, decisão homologada pelo Ministério da Educação, e reiniciar todo o processo.

Resultou assim um atraso adicional de quatro anos na construção das instalações definitivas, sem que possa ser imputada qualquer responsabilidade à Universidade do Minho. Curiosamente, o plano geral e projecto do núcleo de Braga (Gualtar) acabou por ser realizado pela PROFABRIL.

A Universidade do Minho, passados que são vinte anos sobre a sua fundação, é hoje constituída por dois núcleos universitários, cada um com o seu *campus* próprio, com edifícios modernos e funcionais e equipamento actualizado para o ensino e investigação. Dispõe da colaboração de mais de 200 doutores e tem uma população discente superior a 10 000 alunos.

Estes factos sugerem-me de imediato duas questões: A primeira é a de vivamente felicitar e louvar os Reitores e demais Autoridades Académicas do período pós-CIUM, cuja competência e capacidade de trabalho demonstrada lhes permitiu recuperar o tempo perdido. A segunda é o de imaginar o que seria hoje a Universidade do Minho se não se tivessem verificado os atrasos referidos. Duas Universidades?

E termino, desejando a continuação dos maiores sucessos para a minha Universidade, o que não é difícil de prever, atendendo à quantidade e qualidade de docentes altamente qualificados e de funcionários competentes, de que dispõe.

ANEXO 1

LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DEFINITIVAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Logo nas primeiras reuniões da Comissão Instaladora da Universidade do Minho (CIUM) foi considerado que as futuras instalações da Universidade do Minho (UM) deveriam ser do tipo concentrado, isto é, deveriam constituir um *campus* único. As razões que levaram a propor esse tipo de solução encontram-se no Relatório da CIUM de Junho de 1974^(a), nessa altura apresentado ao Ministério da Educação e Cultura.

1.2. No que respeita à localização do *campus*, reconheceu-se logo nessas primeiras reuniões que se tratava de um problema difícil e delicado. Por isso, resolveu a CIUM encarregar uma firma especializada de lhe fornecer elementos que permitissem fundamentar uma proposta em dados objectivos. Depois de troca de impressões várias com a firma PROFABRIL, foi ela encarregada desse estudo, a realizar no prazo de dois meses.

O referido estudo(b) foi pela primeira vez analisado em conjunto pela CIUM na sua reunião de 27 de Junho de 1974. Decidiu a CIUM, então, visitar os locais que pareciam mais vantajosos.

Em 7 de Julho, e após as visitas referidas, elaborou a CIUM o parecer n.º1 sobre a localização do seu *campus*(c).

1.3. O parecer da Comissão Instaladora foi fortemente influenciado pela urgência em expandir a capacidade do conjunto das Universidades Portuguesas e pelas restrições económicas e financeiras a que o País se teria de submeter nos próximos anos.

Isto é, satisfeitas as condições fundamentais:

- a. Área mínima de 60ha, localizada no Distrito de Braga, devendo evitar-se a utilização de zonas de cultura intensiva;
- b. Existência de acessos que permitissem, usando transportes colectivos e demorando um máximo de 30-40 minutos em cada sentido, que a maioria dos utentes do «Campus» pudessem residir nos principais centros urbanos do Distrito de Braga;
- c. Localização afastada da zona litoral e da cidade do Porto, tendo em atenção a regionalização do Ensino Universitário e, simultaneamente, que dispusesse das infra-estruturas necessárias para a implantação de um «Campus».

Os factores dominantes foram os de natureza económica e financeira.

2. FASES DO PROCESSO

2.1. Em 8.7.74, através do ofício RT-215/74, foi enviada ao MEC cópia do trabalho da PROFABRIL(b), assim como o parecer n.º 1 da CIUM (c), para estudo e decisão superior.

Em 31.8.74, e por não se verificar nenhuma resposta ao ofício anterior, foi enviado ao MEC novo ofício, RT-267/74, no qual se justifica a urgência em decidir sobre a localização do Campo Universitário.

2.2. Em 3.10.74, em consequência de solicitação anterior do representante do MESA na Comissão Instaladora (ofício n.º 2 de 22.7.74) e por não se ter até à data recebido qualquer instrução do MEC, foi enviado ao Diretor das Construções Escolares do Norte, através do ofício RT-277/74, cópia do estudo da PROFABRIL(b) e do parecer da Comissão Instaladora(c), de modo a que esse ministério pudesse elaborar o necessário parecer sobre o assunto, uma vez que qualquer decisão final carecia de homologação por parte dos dois ministérios, de acordo com o Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto.

2.3. Informada a CIUM pelo delegado do MESA que, nesse Ministério, o Departamento encarregado desse assunto era a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, através da Direcção de Urbanização do Norte (DUN), de modo a acelerar o processo, foi combinada uma reunião no Porto com o Diretor e outros elementos do Serviço referido, para apresentação do problema e prestação dos necessários esclarecimentos, o que permitiria mais rapidamente uma tomada de posição por parte do MESA, no que se refere ao futuro «*Campus*».

Essa reunião efectuou-se no mês de Outubro, com a presença, por parte da CIUM, do Reitor e dos Eng.os António Carneiro e César Montenegro. Nela se expuseram as premissas de que partiu da UM na definição do seu *campus*, foram entregues cópias do estudo da PROFABRIL(b) e do parecer da CIUM(c) e indicou-se que a Universidade estava à disposição para qualquer esclarecimento.

2.4. De modo a catalisar o assunto em causa, a UM promoveu duas reuniões no Porto com a DUN e o seu Gabinete de Consultores, realizadas nos fins de 1974 e nos princípios de 1975, das quais nada resultou, visto que elas degeneraram numa discussão generalizada sobre a filosofia das instalações universitárias.

2.5. Dada a urgência na resolução do problema, intimamente relacionada com o arranque no ano lectivo de 1975/76 dos cursos de tecnologia, em princípio homologados, e verificando-se que da parte do MEC não havia qualquer objecção à localização proposta, desde que esta merecesse o acordo do MESA, foi solicitada uma reunião com o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, que se realizou em 13.3.75, onde estiveram presentes o Reitor e o Arq. L. Chaves, da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES), e da qual resultou o despacho que se transcreve, do referido Secretário de Estado:

«As premissas de localização de uma Universidade são sobretudo de carácter político-social. As razões de tipo físico prevalecem na análise encomendada pela Universidade do Minho e conduziram a uma proposta que, aparentemente, não se localiza junto dos eixos de maior desenvolvimento urbano, designadamente o de Guimarães-Famalicão entre o entroncamento de Portela e Outeiro, que já constitui um corredor urbano, ainda que desordenado ou espontâneo, e que virá a ser

particularmente cuidado no próximo futuro (portanto equipado pelo investimento público).

A razão invocada pelos autores do estudo é a da não disponibilidade de tractos de terreno suficientes, parecendo que não avaliaram as possibilidades de aplicação extensiva das leis dos solos e que partiram de «standards» susceptíveis de discussão em face das condições portuguesas e da própria evolução da arquitectura universitária (concentração prevalecendo sobre dispersão pavilhonar).»

Subjacente a esta introdução está o conceito de Universidade integrada no meio urbano mesmo quando corresponde a um projecto regional o que parece, *a priori*, dificilmente vir a acontecer aqui, a menos que o Parque Industrial previsto, e a própria Universidade, venham a gerar um «subúrbio» de Guimarães e reforçar o que já existe, que se não for desde já previsto e antecedido de convincentes medidas cautelares, será mais um factor de dispersão da urbanização da área.

Assim o estudo peca por deficiente análise urbanística no que pode ter escusa no facto de só recentemente os trabalhos do P. R. Porto «descerem» a uma escala consentânea com as presentes decisões e terem carácter de proposta.

No entanto, porque a Universidade do Minho não pode aguardar o período de uma nova avaliação, ainda que conduzida por critérios mais expressivos do ponto de vista social, e admitindo que o local proposto possa ser sempre uma alternativa razoável desde que seguida de medidas adequadas (e dada a localização do Parque Industrial), determino que a D.G.S.U., pelo Gabinete do Plano, informe com urgência o caso, tendo em atenção o circunstancialismo local e o calendário da Universidade do Minho.

13.3.75»

ass.) Nuno Portas»

2.6. Entretanto, por parte do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, foram exarados em 17.3.75 os despachos que se transcrevem:

«Pelas razões referidas neste parecer e porque, na opinião dos técnicos, é a mancha 5 a que oferece melhores condições do ponto de vista financeiro, dou o meu acordo à escolhida mancha 5, desde que nesse sentido concorde também o Senhor Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, a quem o processo deve ser submetido.

Comunique-se à Direcção-Geral do Ensino Superior e à Universidade do Minho.

17.3.75»

ass.) António Avelãs Nunes»

«O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo informa-me que há contactos de momento entre a Universidade do Minho e a Comissão e Planeamento do Porto. A mancha 5 poderá ser aprovada em definitivo se desses contactos não vier a resultar outra proposta de solução, em tempo útil, e capaz de satisfazer às exigências de urbanismo e às necessidades da Universidade do Minho.

17.3.75»

ass.) *António Avelãs Nunes*»

2.7. Nos dias 6 e 20 de Março e 9 de Abril, realizaram-se novas reuniões no Porto, com a DUN e respectivo Gabinete de Consultores de Planeamento da Região Porto (GCPRP).

Na reunião do dia 6 a DUN comprometeu-se a apresentar no dia 20 o seu parecer sobre o trabalho da PROFABRIL. Porém, no dia 20, de concreto, foi unicamente afirmado que no Distrito de Braga e com 60ha, só existiam de facto as manchas seleccionadas pela PROFABRIL.

Além disso, foi afirmado que a localização do Parque Industrial de Briteiros não iria concretizar-se e conseqüentemente não deveria esse dado ser tomado em consideração na decisão da localização do Campo Universitário.

Como conclusão foram solicitados mais 15 dias para a apresentação do referido parecer.

2.8. Para a reunião de 9 de Abril a Universidade solicitou a presença do Eng.º António Carneiro, Presidente da Comissão de Planeamento da Região Norte, e do Eng.º Saragoça, Presidente da Empresa Pública dos Parques Industriais, com a finalidade de esclarecer a posição do Parque Industrial de Briteiros.

Foi indicado que a localização do Parque Industrial em Briteiros tinha sido aprovada em Conselho de Ministros e que, embora numa fase mais atrasada que o de Celeirós, se tinha já dado início aos trabalhos de cadastro para posteriormente proceder à aquisição dos terrenos.

Nessa reunião foi entregue o relatório do GCPRP. Por sua vez, a DUN informou que no dia 14 de Abril teria o seu estudo concluído, o que incluiria o relatório do GCPRP. No dia 18 de Abril, o Diretor da DUN informou que previa que o referido estudo só estivesse disponível no dia 21 de Abril.

2.9. Entretanto, foi marcada para 30 de Abril uma reunião na Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, na qual estariam presentes o respectivo Secretário de Estado e o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, com o objectivo de se tomarem decisões sobre a localização do *campus* da UM.

Como até 24.4.75 a UM não tivesse recebido da DUN o seu parecer final, baseado no relatório do GCPRP, resolveu a CIUM elaborar um parecer(d) sobre o relatório do GCPRP, para ser presente na reunião de 30 de Abril.

2.10. Na reunião de 30.4.75, presidida pelos Secretários de Estado do Ensino Superior e da Habitação e Urbanismo, foi distribuído o relatório final da DUN(e), cujas conclusões são semelhantes às do relatório do GCPRP. As decisões tomadas foram:

- a. A CIUM deverá pronunciar-se no sentido de informar se concorda com a solução de que o Campo Universitário seja repartido em dois minicampos - um na vizinhança de Braga e outro de Guimarães -, cada um correspondendo a uma dada vocação. No caso afirmativo, o GCPRP procurará as localizações mais adequadas.
- b. No caso de a CIUM entender que a única solução de interesse é a de um Campo Universitário único, deverá então indicar quais as vantagens e inconvenientes de cada uma das soluções propostas - a mancha 5 do estudo da PROFABRIL e a zona do Quartel dos estudos do GCPRP.
- c. Que a UM, por determinação do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, desse andamento à instalação dos pavilhões desmontáveis em terrenos a alugar a título precário, embora a localização do Campo Universitário só venha a ser resolvida posteriormente.

2.11. Em consequência das decisões indicadas em 2.10., elaborou a CIUM novo relatório sobre a «Localização das Instalações Definitivas da Universidade», parecer n.º 3(f).

2.12. Em 9.6.75 realizou-se nova reunião, presidida pelos Secretários de Estado do Ensino Superior, da Habitação e Urbanismo e do Ambiente, da qual não resultaram conclusões, ficando a Universidade a aguardar a decisão do Governo.

Convém notar que por várias vezes teve a CIUM a oportunidade de afirmar que o problema de fundo era o da solução a adoptar ser do tipo concentrado, sendo relativamente menos importante, do ponto de vista da Universidade, qual a sua localização concreta.

2.13. Em 5.12.75, o despacho n.º 497 do Ministro da Educação e Investigação Científica fixa a localização das instalações destinadas ao ensino dos Cursos de Tecnologia (Engenharia) no Concelho de Guimarães.

Antes de ser tomado público, o projecto do mesmo despacho foi presente à CIUM que sobre ele tomou a seguinte posição:

«A Comissão Instaladora recebeu o mandato de instalar uma Universidade na região do Minho e não um conjunto de Escolas ou Institutos Superiores. Todos os seus estudos e propostas têm sido orientados para esse objectivo fundamental. A mesma Comissão entende que, apesar de algumas sérias dificuldades, o projecto de despacho que lhe foi presente, só por si, não é impeditivo da realização daquele objectivo.»

De facto, se o que estava em jogo era uma solução concentrada localizada em Guimarães, embora o inesperado despacho criasse dificuldades quanto às instalações provisórias, o objectivo fundamental ficava assegurado.

2.14. Porém, como de imediato esse despacho viesse a provocar ambiguidades, enviou a CIUM em 9.2.76, ao Ministro da Educação e Investigação Científica, o ofício RT-19/76- 1512, no qual se solicita uma clarificação da situação.

A resposta a esse ofício foi o despacho 61/76 de 16.3.76 (Diário da República, n.º 71, II Série, de 24 de Março), tornado público em reunião havida na UM em 5.4.76, entre o Director-Geral do Ensino Superior e representantes das forças vivas do Minho, no qual se torna claro que a dispersão das instalações da Universidade do Minho por Braga e Guimarães era a opção do Governo.

Nessa reunião foi declarado pelo Director-Geral do Ensino Superior que o Governo só se decidiria a rever a situação desde que lhe fossem apresentadas, por escrito, razões válidas para tal.

Ficou assente que seriam entregues ao Reitor da Universidade quaisquer documentos que os presentes a essa reunião entendessem apresentar, os quais, no prazo de uma semana, seriam enviados para o Ministério. Sobre eles se pronunciaria oportunamente o Ministro da Educação e Investigação Científica.

2.15. Enviados para o MEIC, no prazo indicado, os documentos entregues ao Reitor da Universidade(g), aguardou a CIUM que o Ministro sobre eles se pronunciasse. Verificando que tal não acontecia, entendeu a CIUM que devia definir claramente a sua posição, ainda na vigência do VI Governo Provisório, responsável pela promulgação do já referido despacho.

Por esse motivo foi solicitado uma audiência ao Ministro da Educação e Investigação Científica, que se realizou em 11.6.76 e na qual foi entregue o ofício CI-1594, do qual se destaca:

«A bipolarização do Ensino Superior na região do Minho foi a opção do Governo. A CIUM considera esta solução incompatível com o conceito que sempre defendeu de Universidades a menos que o Governo considere possível, aqui e agora, instalar duas Universidades a 20 quilómetros de distância uma da outra.

Os membros da CIUM consideram, por unanimidade, que se trata de uma incompatibilidade de pontos de vista insanável e como tal, também por unanimidade, põem à disposição do Ministro os seus lugares. A actual conjuntura política nacional e a fase de intensa e delicada instalação da Universidade levam a CIUM a colocar nas mãos do Governo a decisão sobre a oportunidade da sua substituição.»

2.16. Em 28.6.76 tomou a Universidade conhecimento do despacho do Ministro da Educação e Cultura, exarado no ofício atrás referido da CIUM, do seguinte teor:

«Havendo este assunto sido discutido e decidido em Conselho de Ministros, envie-se à Presidência do Conselho para distribuição aos Senhores Ministros e discussão, caso S. Ex.^a o Primeiro Ministro o considere necessário e conveniente.

18.6.76»

ass.) Vítor Alves»

2.17. Tendo terminado a vigência do VI Governo Provisório e tomado posse o I Governo Constitucional, e não se tendo verificado qualquer decisão adicional por parte do Conselho de Ministros, a CIUM entendeu enviar ao Ministro da Educação e Investigação Científica, em 3.8.76, o ofício CI-1650/76 - 5247.

2.18. Nos primeiros dias de Setembro de 1976, o Secretário de Estado do Ensino Superior, após reunião com o Reitor da UM, informou que o problema da localização das instalações definitivas da UM ia ser estudado pelo Ministro da Educação e Cultura, o qual, posteriormente, o apresentaria a Conselho de Ministros para uma decisão final.

2.19. Em 28.9.76, o Conselho de Ministros, sob a forma de Resolução, publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º 300, de 28.12.76, decidiu que a instalação da Universidade do Minho, confirmando o despacho 61/76, de 16 de Março, seria do tipo bipolar, com um polo em Braga e outro em Guimarães, funcionando neste último o ciclo complementar dos Cursos de Engenharia.

2.20. Em face da situação, a CIUM entendeu que não existiam quaisquer razões para que a sua posição, tomada anteriormente através dos ofícios CI-1594 / 76 - 4085 de 11.6.76 e CI-1650 / 76 - 5247 de 3.8.76, fosse alterada.

Desse facto foi dado conhecimento ao Secretário de Estado do Ensino Superior nos primeiros dias de Outubro de 1976, o qual indicou ao Reitor que, embora a resolução do Governo fosse a solução bipolar, entendia, tal como a Direcção-Geral do Ensino Superior, que muitas das objecções da CIUM em relação à solução adoptada eram pertinentes e que entendia possível encontrar uma solução que satisfizesse ambos os pontos de vista e que complementasse a referida resolução.

2.21. Nestas condições, o Director-Geral do Ensino Superior e o Reitor da Universidade do Minho resolveram elaborar um documento de compatibilização, complemento da referida solução, que seria apresentada à CIUM e, se esta com ela concordasse, seria então entregue ao Ministro da Educação e Cultura para eventual aprovação.

2.22. Em 10.10.76, esse documento foi presente à CIUM, que o considerou aceitável, após a sugestão de algumas alterações de forma, e estando disposta a considerá-lo como documento-guia para a implementação da decisão governamental.

O Reitor e a CIUM entenderam ainda que, antes de apresentar o referido documento à Secretaria de Estado do Ensino Superior, deveria o assunto ser submetido à consideração dos funcionários da UM, docentes e não docentes, dadas as posições de apoio, embora independentes, que sempre tomaram em relação à proposta inicial da CIUM. Não foi considerado o corpo discente por só existirem alunos do 1.º ano em número reduzido.

Ficou decidido que o assunto seria posto aos funcionários pelo Reitor, tendo este declarado que só se propunha continuar em funções desde que a UM, por um lado, e o Ministério da Educação e Cultura, por outro, aceitassem o documento elaborado por ele e pelo Director-Geral do Ensino Superior e aprovado pela CIUM.

2.23. No dia 15 de Outubro, o Reitor reuniu todos os funcionários da UM, e fez uma exposição na qual foi indicada a situação decorrente da resolução do Conselho de Ministros e deu a conhecer, nas suas linhas gerais, o documento que tinha sido

aprovado pela CIUM, declarando que a sua continuação como Reitor dependia de um voto de confiança, quer da Universidade do Minho, quer do Ministério da Educação e Cultura, tendo pedido que para tal se manifestassem por escrutínio secreto.

2.24. Atendendo à maioria substancial da votação a favor obtida no escrutínio atrás referido (76.9 % dos votos expressos), o Reitor e a CIUM, no dia 17 de Outubro, foram recebidos pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, ao qual entregaram o ofício CI-659 /76-6549, assim como o documento atrás referido, sobre o qual foi exarado o despacho:

«Dado que na entrevista concedida à CI da UM esta apoiou os termos sugeridos no presente texto - elaborado a título oficioso pelo Senhor Reitor daquela Universidade e pelo DGES - concordo com o teor da presente proposta de complemento prático da resolução do Conselho de Ministros sobre a Universidade do Minho.

Lisboa 21.10.76»

ass.) *J.A. Cruz e Silva*»

2.25. E assim terminou a primeira grande «guerra» que a CIUM teve de travar, a da localização das instalações definitivas da Universidade do Minho, a qual atrasou, pelo menos de dois anos, o processo de instalação.

3. REFERÊNCIAS

- (a) Relatório da CIUM de Junho de 1974.
- (b) Estudo da localização da Universidade do Minho, PROFABRIL, Estudo 4565, Julho de 1974.
- (c) Localização das Instalações Definitivas da Universidade. Parecer nº 1, CIUM, Julho de 1974.
- (d) Localização das Instalações Definitivas da Universidade. Parecer nº 2, CIUM, Abril de 1975.
- (e) Relatório da Direcção de Urbanização do Norte, do Gabinete do Plano da Região do Porto e do seu Grupo de Consultores, sobre a localização da Universidade do Minho, Abril de 1975.
- (f) Localização das Instalações Definitivas da Universidade. Parecer nº 3, CIUM, Junho 1975.
- (g) Documentos entregues na Reitoria entre 5.4.76 e 12.4.76 e enviados ao MEIC:
 - De um grupo de professores da UM;
 - Da ADIM - Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho;
 - Do Almirante A. Caires da Silva Braga;
 - Da Câmara Municipal de Guimarães;
 - 3 Documentos subscritos por grupos de alunos da UM, ou seus delegados.

ANEXO II

PROGRAMA E PLANO GERAL DAS INSTALAÇÕES DEFINITIVAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Resolvido o problema da localização da UM, passou a constituir preocupação fundamental do Reitor e da CIUM o encontrar soluções para a localização dos núcleos de Braga e de Guimarães, nos termos do documento de compatibilização elaborado pelo Reitor da Universidade e pelo Director-Geral do Ensino Superior, e aprovado pelo Governo.

1.2. No que se refere a Braga, uma vez que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal apoiou a sugestão da Universidade em localizar as suas instalações definitivas, nessa cidade, em torno dos chamados terrenos do Quartel de Gualtar, pertencentes ao Estado-maior do Exército, foram desde logo iniciados os necessários contactos com o objectivo de assegurar a posse desses terrenos.

Devido ao elevado espírito de compreensão demonstrado pelo Chefe de Estado-maior do Exército e pelo Comandante da Região Militar Norte da altura, foi possível, em curto espaço de tempo, concluir as necessárias negociações.

De facto, em 28.10.1976, os terrenos de Gualtar, com uma área de cerca de 20ha, foram formalmente entregues pelo Estado-maior do Exército à Universidade do Minho, em cerimónia efectuada no seu Salão Medieval, a troco de uma compensação nominal no valor de 3000 contos.

1.3. Dado que nos termos do documento de compatibilização, atrás referido, o núcleo de Guimarães só entraria em funcionamento quando nesta cidade existissem instalações definitivas, de modo a acelerar o funcionamento da Universidade em Guimarães, a respectiva Câmara Municipal, em princípios de 1977, tomou a iniciativa de propor à Universidade a oferta de instalações provisórias, adaptadas de acordo com as suas necessidades, de modo a que esta pudesse iniciar as suas actividades em Guimarães no ano lectivo de 1977/78. Uma vez que esta oferta não colidia com as orientações atrás referidas e era vantajosa para a Universidade, pois que esta ficaria assim a dispor, mais cedo, de uma maior área para as suas actividades, de que muito necessitava, e a dispor de mais tempo para efectuar os necessários estudos de localização das suas instalações definitivas em Guimarães, foi a CIUM de parecer que a proposta da Câmara Municipal de Guimarães deveria ser aceite, parecer este que foi homologado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior. Nestas condições, o núcleo de Guimarães entrou em funcionamento no início do ano lectivo de 1977/78, tendo a Câmara Municipal de Guimarães, em 29.11.79, entregado formalmente as instalações do Palácio de Vila-Flor à UM, que as utilizaria até dispor de instalações definitivas em Guimarães.

1.4. Resolvido o problema da localização em Braga, havia que proceder à escolha dos terrenos em Guimarães e elaborar os programas e planos gerais referentes aos

dois núcleos. Para esse efeito a Comissão Instaladora da Universidade decidiu, ao longo do primeiro semestre de 1977:

- a. Criar o GEID - Gabinete Executivo das Instalações Definitivas, ao qual competiria acompanhar, coordenar e fiscalizar todas as actividades relativas à planificação, estudos, projectos e construção das instalações definitivas da Universidade do Minho, sob a dependência da respectiva Comissão Instaladora.
- b. Elaborar um caderno de encargos e abrir concurso público, destinado a seleccionar uma empresa projectista que efectuasse os estudos necessários, de modo a que a CIUM pudesse deliberar sobre a localização das instalações definitivas em Guimarães e, simultaneamente, elaborar o programa e plano geral dos seus futuros núcleos de Braga e de Guimarães.

1.5. O regulamento do funcionamento do GEID foi aprovado, na generalidade, pela Comissão Instaladora da Universidade do Minho na sua reunião de 20.5.77. A proposta formal foi enviada para o Ministério da Educação em 4.6.77 (ofício RT-254/77), a qual foi homologada por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior em 28.6.77. Até ao fim do período de instalação, foi o GEID que serviu sempre de elemento de ligação entre a CIUM, as empresas projectistas e os restantes órgãos internos da Universidade.

1.6. A minuta do caderno de encargos para a selecção da empresa projectista foi aprovada pela CIUM na sua reunião de 11.3.77 e posteriormente aprovada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, em 23.3.77.

Nestas condições, procedeu-se à abertura do concurso público, que compreendia duas fases: a primeira de pré-qualificação e a segunda de adjudicação dos trabalhos em concurso, e cujo anúncio foi publicado no Diário da República em 5.5.77 (III Série, n.º 104, pág. 4180).

2. FASES DO PROCESSO

2.1. A fase de pré-qualificação ficou concluída em 4.6.77, tendo sido pré-qualificadas as seguintes empresas:

- Hidrotécnica Portuguesa;
- CPR - Consultores e Projectistas Reunidos;
- PROFABRIL - Centro de Projectos, SARL;
- Vértice - Centro de Projectos e Construções, SARL;
- GOP - Gabinete de Organização e Projectos, Ltd.

O resultado foi tornado público através do Diário da República de 21.6.77 (III Série, n.º 141, pág. 5637).

O júri deu por concluída a segunda fase do concurso em 12.9.77, propondo, atendendo a considerações diversas, que a adjudicação dos trabalhos fosse feita à empresa PROFABRIL - Centro de Projectos, SARL. Sobre esta proposta a CIUM, na sua reunião

de 14.9.77, exarou o seguinte despacho:

«Considerando:

- a. As dificuldades e importância da tarefa cometida ao júri, por si nomeado, do concurso para a elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da UM;
- b. Que tais dificuldades foram acrescidas pela dispersão dos preços das propostas em apreço;
- c. O esforço desenvolvido pelo júri para aumentar a informação possível;
- d. A impossibilidade de se encontrar unanimidade no que se refere ao peso relativo a atribuir aos diversos parâmetros em apreço;
- e. Que dentro de todos os condicionalismos com que se viu confrontado, o júri equacionou correctamente o problema e encontrou uma solução adequada e satisfatória;
- f. A CIUM deliberou, por unanimidade, subscrever a decisão do júri e, em consequência, a proposta que constitui anexo à presente acta, no sentido de ser adjudicado à empresa PROFABRIL o concurso para elaboração do Programa e Plano Geral das Instalações Definitivas da Universidade do Minho.»

Em 22.9.77, foi enviada à Direcção-Geral do Ensino Superior a proposta de adjudicação aprovada pela CIUM (ofício RT-230/77).

2.2. O Secretário de Estado do Ensino Superior, por despacho de 26.9.77, exarado sobre a informação da Direcção-Geral do Ensino Superior, decidiu não concordar com a proposta da CIUM, determinando que fosse adjudicada a proposta mais barata, da empresa CPR - Consultores e Projectistas Reunidos, cuja designação social foi entretanto alterada para APR - Ateliers de Projectistas Reunidos.

A CIUM tomou conhecimento dessa decisão na sua reunião de 13.10.77, tendo registado na acta da reunião a sua posição sobre este assunto, nomeadamente:

«A Comissão Instaladora continua a pensar que a sua proposta é mais adequada e satisfatória, e regista o facto para que fique expresso que, como é óbvio, as possíveis consequências desta decisão são da exclusiva responsabilidade do MEIC.»

2.3. Nestas condições, foi elaborada a minuta do Contrato com a empresa APR, a qual, depois de aprovada pelo APR e pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, foi assinada na Universidade do Minho em 29.11.77, na presença dos Secretários de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica.

Na altura, e a título de indicação sobre o dimensionamento dos núcleos a programar, a médio e a longo prazo, o Reitor declarou:

«No que se refere ao número de alunos, prevê-se que o total de instalações a programar nesta fase deve permitir o ensino a cerca de 6 500 alunos no núcleo de Braga e 3500 alunos no núcleo de Guimarães.

Porém, no que se refere aos terrenos, deverão ser tomadas medidas cautelares urgentes de modo a que, a longo prazo, qualquer dos núcleos se possa expandir até um máximo de 10 000 alunos.

Trata-se de uma precaução elementar que, a não ser tomada agora, dificilmente o poderá ser no futuro, e que se justifica não só pela elevada densidade demográfica da região, mas também pela elevada e crescente percentagem da população que frequenta a Universidade na Europa de que queremos fazer parte.»

2.4. O prazo de execução dos trabalhos adjudicados à empresa APR era de 15 meses, isto é, os trabalhos deviam estar concluídos em fins do primeiro trimestre de 1979.

2.5. Em 2.2.79 o APR, em reunião conjunta com a CIUM, entregou dois relatórios, um referente à área de que era necessário dispor em Braga e outro referente à localização e área necessária dispor em Guimarães, de modo a que, no longo prazo, os dois núcleos pudessem atingir os 10 000 alunos cada.

2.6. O APR referiu as dificuldades encontradas, as quais levaram a que o trabalho em causa fosse entregue com atraso, destacando o caso do mau estado das matrizes prediais, especialmente em Guimarães.

No que se refere à solução de Braga, cuja localização estava à partida decidida na zona de Gualtar, são indicadas medidas cautelares e expropriações que é necessário fazer, num total de 40ha.

No que se refere a Guimarães, é indicada uma única opção, na zona de Azurém, por se entender que é a única viável num raio de 3 km, tal como sugerido pela Câmara Municipal de Guimarães. São também indicadas as medidas cautelares e expropriações que é necessário efectuar, um total de cerca de 50ha.

Depois de aprovados pelas Câmaras Municipais de Braga e Guimarães os relatórios do APR, a CIUM, em 29.3.79, deu a sua aprovação final aos relatórios que definem a localização e áreas dos núcleos de Braga e Guimarães.

Por esse motivo, em 29.3.79 foi enviado o ofício RT-129/79 à Direcção-Geral do Ensino Superior, propondo a respectiva homologação.

Só em 16.5.80 a Comissão Instaladora tomou conhecimento do despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior de 30.4.80:

«Homologo a localização proposta e concordo com a autorização de declaração de utilidade pública, sem prejuízo de posteriores ajustamentos para a área reservada.»

2.7. Em 26.9.80, em reunião da CIUM, em que estiveram presentes técnicos da Direcção-Geral do Ensino Superior ligados ao problema das instalações definitivas, foi verificada a necessidade de:

- a. Publicação de declaração de utilidade pública e urgência de expropriações dos terrenos destinados às instalações definitivas;
- b. Publicação do diploma que deveria estabelecer as medidas preventivas necessárias para a protecção dos terrenos;
- c. Publicação de portarias, autorizando o dispêndio de verbas para aquisição de terrenos em Braga.

Acordou-se que a Universidade enviaria à Direcção-Geral do Ensino Superior os dados necessários para que os assuntos referidos nas alíneas anteriores fossem resolvidos com urgência, tanto mais que o despacho de 30.4.80 do Secretário de Estado do Ensino Superior já autorizava a declaração de utilidade pública.

De facto, em 12.12.80, a Universidade do Minho, através do seu ofício RT-353/80, enviou à Direcção-Geral do Ensino Superior os elementos solicitados, acompanhados das minutas dos Despachos, Portarias e Decretos Regulamentares que era necessário aprovar e publicar para a resolução do problema dos terrenos das instalações definitivas.

Como apesar de diligências diversas por parte da Universidade não se conseguiu obter a publicação dos diplomas e declaração atrás referidas, só era possível proceder à aquisição de terrenos por mútuo acordo entre a Universidade e os respectivos proprietários, desde que o Ministério concedesse as verbas necessárias para tal.

Por esse motivo foi unicamente possível, até ao fim de 1981, adquirir duas pequenas parcelas de terreno na área de Azurém - núcleo de Guimarães, com uma área total da ordem dos 2,5ha, pelo quantitativo de 8000 contos e cujas escrituras de compra foram realizadas em 16.5.81 e 14.1.82 no 2.º Cartório Notarial de Braga, uma vez que não foi possível obter do Ministério da Educação quaisquer verbas adicionais para a compra de terrenos.

Convém no entanto referir que os planos directores das cidades de Braga e Guimarães se encontravam em vias de aprovação e publicação, e neles estariam incluídos os dois núcleos da Universidade do Minho e, portanto, embora de forma indirecta, ficariam acautelados os interesses da Universidade, no que se refere à utilização para outros fins, das áreas previstas para os núcleos de Braga e Guimarães.

2.8. Em 2.2.79, na altura em que foram entregues pelo APR os relatórios atrás referidos, este informou que o programa e plano geral se encontravam atrasados, reconhecendo que em grande parte, mas não totalmente, por sua culpa. Informaram também a Universidade da necessidade urgente em se dispor de um levantamento topográfico à escala 1/ 200, assim como de efectuar um reconhecimento geológico dos terrenos, de modo a prosseguirem os seus trabalhos, estudos que a Universidade se comprometeu a realizar e que foram oportunamente entregues ao APR.

2.9. Em Julho de 1979, o Reitor teve uma reunião em Lisboa com o APR, no sentido de saber do andamento dos trabalhos, tendo-lhe sido apresentados vários esboços e tendo-lhe sido assegurado que o programa e plano geral estavam bastante adiantados.

Verificando-se que o APR continuava a não entregar os trabalhos, foi solicitado ao GEID que informasse a Comissão Instaladora sobre essa matéria, o que foi feito na reunião de 30.11.79 da CIUM. Em face dos atrasos constatados, foi considerada a hipótese da aplicação de multas e recordadas as apreensões que a Comissão

Instaladora sempre teve em adjudicar, contrariamente à sua proposta, o programa e plano geral das instalações à empresa APR.

Em 14.12.79, houve nova reunião do GEID com o APR, que nada adiantou.

Em 14.3.80, o GEID distribuiu aos membros da CIUM o esboço de programa e plano geral que tinha sido enviado pelo APR, o qual solicitava prorrogação do prazo para a entrega do relatório final. Nessa mesma data foi solicitado ao GEID parecer sobre essas matérias, para que a CIUM se pudesse pronunciar.

Nas reuniões de 11 e 18.4.80, e em face do parecer do GEID, a Comissão Instaladora da Universidade do Minho considerou insuficiente o trabalho apresentado e decidiu não conceder explicitamente nova prorrogação de prazo, embora estivesse disposta a aguardar mais algum tempo para a entrega do relatório final.

2.10. Na reunião da CIUM de 16.5.80, foi esta mais uma vez informada pelo GEID da insuficiência do programa e plano geral, embora estivesse em vias de resolução o contencioso existente com o APR, no que se refere à interface entre o plano geral e o anteprojecto e 1.ª fase do Projecto de Construções.

Em 5.9.80, foi finalmente apresentado pelo APR o relatório final do programa e plano geral, o qual apresentava a maioria das insuficiências já detectadas. Nestas condições, a Comissão Instaladora da Universidade do Minho, na sua reunião de 19.9.80, deliberou conceder ao APR um mês de prazo para apresentação desses elementos, sob pena de ser considerada a rescisão do contrato.

Em 31.10.80, verificando-se que a maioria dos elementos em falta não tinha sido entregue, a CIUM encarregou o GEID de negociar com o APR ou a rescisão do contrato ou a aceitação do relatório final, mediante redução substancial do preço contratual.

Como resultado dessas negociações, e de acordo com o parecer do GEID, a CIUM, em 28. 11.80, decidiu que a solução que melhor defendia os interesses do Estado era a de aceitar o relatório final do APR, a troco de uma redução substancial no custo contratual do trabalho, decisão esta que foi homologada por despacho do Ministro da Educação, recebido nesta Universidade em 12.1.82.

2.11. Resulta assim que, passados mais de quatro anos sobre a abertura do concurso, e sem qualquer responsabilidade nesta matéria, a Universidade do Minho acabou por ficar de posse de um programa e plano geral altamente insatisfatórios, o que a obrigou a recomeçar tudo de novo.



NO 20.º ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Joaquim Pinto Machado

Nem sempre no meio está a virtude. É o que sucede com a extensão do depoimento que me é pedido pelo Magnífico Reitor da Universidade do Minho, tendo em vista o 20.º aniversário da criação desta Universidade, que ocorre em 17 de Fevereiro de 1994. Razoavelmente completo, o depoimento seria demasiado longo para caber numa colectânea de numerosos testemunhos; compatível com o espaço máximo razoável, desconsolar-me-ia pelo muito que ficaria por dizer. Saí-me da dificuldade optando pela alternativa de me limitar a referir o que mais me marcou da notável experiência que foi a minha participação na Comissão Instaladora da Universidade do Minho (CIUM) de que fui membro por todo o seu período de vigência.

O que mais me marcou foi a grande lição que colhi e que recolhi para sempre no mais profundo do meu ser, aí onde residem, vivos e vivificantes, os grandes princípios orientadores da reflexão, da decisão e da acção. Tal lição resume-se assim: *com equipa há sempre obra*.

Equipa não é mero conjunto de pessoas constituído em ordem a um objectivo. Se o fosse, que obras, que grandes obras teriam resultado de tantos e tantos «grupos de trabalho», de tantas e tantas «comissões» que vieram à luz para fazer isto ou aquilo, mas que se extinguíram sem deixar o vestígio de uma simples impressão digital ou mesmo de lacónica certidão de óbito.

Para que uma comissão ou um grupo de trabalho seja uma equipa é indispensável que se verifiquem os requisitos que passo a indicar (considero óbvio o da *competência*):

- a. No domínio da inteligência, o *consenso no essencial*, quer quanto ao objectivo quer quanto à estratégia;
- b. No domínio da afectividade, a *paixão* pelo empreendimento, que estimula a criatividade, aguça o engenho, varre o desânimo e leva à entrega;
- c. No domínio da relação interpessoal, a confiança mútua, sem a qual as pessoas se fecham, se espiam, se defendem e se atacam, como galos de crista altaneira, olhar nervoso e garras em riste.

Falta ainda outro requisito que, pela sua especialíssima importância, entendo destacar: a existência de um «chefe» (nomeado ou eleito) que seja líder de facto. A pessoa assim dispõe de uma autoridade substantiva, radicada na superioridade da sua personalidade, autoridade esta que é reconhecida, apreciada, estimada e desejada. Superioridade - *primus inter pares* - na assunção corajosa da responsabilidade, na entrega sem limite, na capacidade de estimular, na perspicácia em descobrir e desafiar os talentos de cada um, na difícil arte (principalmente pela força da humildade que exige) arte de congregar.

Então há equipa, então há obra.

A CIUM FOI UMA EQUIPA:
POR ISSO A OBRA AÍ ESTÁ.



DEPOIMENTO

Diogo Freitas do Amaral

Foi com grande expectativa e entusiasmo que os cidadãos portugueses, em geral, e os docentes do ensino superior, em especial, acolheram a notícia de que o Ministro da Educação, em 1973, Prof. Veiga Simão, ia lançar um vasto e ambicioso programa de criação de novas Universidades públicas.

Num ambiente que era já de crise do regime, havia pelo menos um sector - o da Educação - onde se trabalhava em profundidade e se tomavam medidas de progresso.

Apoiante, desde a primeira hora, da acção modernizadora e reformista do Ministro Veiga Simão, acompanhei de perto os estudos preliminares relativos à criação das novas Universidades. Tecnicamente - isto é, do ponto de vista demográfico, económico e social -, a Universidade a criar ao norte do Porto devia ser implantada no polo industrial Guimarães - Famalicão - Santo Tirso - Braga. Mas, politicamente, a habitual conflitualidade entre Braga e Guimarães ameaçava inviabilizar a criação de uma Universidade nessa região.

Foi então que o Ministro da Educação, utilizando uma grande sensibilidade política que muitos lhe não conheciam, imaginou a solução (inédita entre nós) da criação da Universidade do Minho, com dois polos geográficos distintos - o de Braga e o de Guimarães. A solução foi bem recebida, e pôde ser anunciada ao país, sem criar novas rixas entre as duas cidades rivais.

Mas a decisão de criar quatro novas Universidades não foi facilmente aceite - nem pelos responsáveis que então representavam as Universidades antigas, nem pelos políticos mais conservadores que viam em todas as iniciativas de Veiga Simão verdadeiras brechas nas muralhas do regime. Consta mesmo que o diploma legal instituindo as novas Universidades deparou com uma maioria desfavorável em Conselho de Ministros - a qual só pôde ser superada porque, face à ameaça de demissão do Ministro Veiga Simão, o chefe do governo tomou o partido deste e impôs a aprovação do necessário decreto-lei. O nome de Marcello Caetano ficou assim também ligado, directamente, à criação das novas Universidades - e, em particular, à Universidade do Minho.

A instituição, em princípios de 1974, da Universidade do Minho constituiu, pois, pelo que fica dito, uma tripla vitória - contra os universitários que se opunham à ideia de fundar mais Universidades, contra os ministros que pretendiam travar a acção reformista de Veiga Simão no sector da educação e contra a pequena política local que não deixava desempatar entre Braga e Guimarães a localização da Universidade nortenha.

Sabendo-me seu apoiante, e ligado por fortes laços familiares a Guimarães, o Ministro Veiga Simão convidou-me para fazer parte da Comissão Instaladora» da Universidade do Minho, lugar que aceitei com entusiasmo, em 6 de Fevereiro de 1974, e que exerci o melhor que pude durante quase um ano. Foi então que, sob a esclarecida presidência do Prof. Lloyd Braga, pude participar na colocação das primeiras pedras

da Universidade do Minho - tarefa apaixonante pelo que tinha de novo, de criador e de reformismo em face dos esquemas clássicos das Universidades tradicionais. Infelizmente, as circunstâncias não me permitiram prosseguir nesta tarefa até ao fim: em 25 de Abril de 1974, a Revolução chamou os portugueses a uma activa participação na vida política nacional e eu fui um dos muitos que responderam positivamente a esse apelo.

Nomeado membro do Conselho de Estado, logo em Maio de 74, e pouco depois fundador e presidente eleito de um partido político, embrenhei-me de tal forma na vida política portuguesa que o tempo mal me sobrava para acompanhar os primeiros passos da jovem Universidade do Minho. À custa de bastante sacrifício pessoal, ainda pude acumular as várias funções até fins de 1974: mas no começo de 1975 tornou-se clara a incompatibilidade e foi por isso que, a meu pedido, fui exonerado do cargo de vogal da Comissão Instaladora da Universidade do Minho em 28 de Janeiro de 1975.

Mas fiquei ligado para sempre a esta nova Universidade. Segui de perto o lançamento dos primeiros actos que lhe deram corpo - as instalações, o recrutamento de pessoal docente, a definição dos planos de estudo, as primeiras aulas. Participei, orgulhosamente, na cerimónia solene que marcou o início do primeiro ano lectivo em que a Universidade recebeu, no meio de grandes esperanças, os seus primeiros alunos.

Agora, vinte anos depois, quando pela mão do actual Reitor, Prof. Machado dos Santos, regresso à vida orgânica da instituição como membro do seu Senado, não posso deixar de lembrar os primeiros momentos e de verificar, com os meus próprios olhos, como a esperança se tornou realidade, e como esta ultrapassou largamente o projecto inicial.

A Universidade do Minho está de parabéns. Mas não só ela: toda a Universidade portuguesa está igualmente de parabéns pelo que aqui se sonhou e se fez. Que o futuro seja propício à Universidade do Minho são os meus votos mais sinceros, porque ela o merece e o País precisa.



O MEU TESTEMUNHO. A COMISSÃO INSTALADORA E A UNIVERSIDADE DO MINHO

Lúcio Craveiro da Silva

Em Dezembro de 1973 chegou a Braga o primeiro Reitor que vinha instalar a nascente Universidade do Minho no belo e vetusto edifício do Largo do Paço, outrora Palácio dos Arcebispos. Magnífico enquadramento para a sede de uma nova Universidade!

Nessa altura era eu professor e director da Faculdade de Filosofia de Braga e, como sempre defendi a necessidade prioritária de se robustecer a cultura universitária entre nós, fiquei intimamente satisfeito ao saber que finalmente a Universidade do Minho ia ser uma realidade. Já chegara o Reitor! Andava preocupado a diligenciar tempo oportuno para o ir cumprimentar pessoalmente, quando fui surpreendido pela sua visita inesperada. Recebi-o logo na Sala de Professores com a satisfação de quem cumprimenta o portador de um grande presente! Debaixo da cortesia de quem se encontra pela primeira vez, a curiosidade era natural de parte a parte. Vieira de Moçambique que eu conhecia; ele era professor de Engenharia Química e eu de Filosofia. Não sei o que ele então pretendia de mim; eu desejava apenas avaliar a talha de quem vinha instituir a Universidade. Pude logo vislumbrar que ele era universitário de corpo inteiro, com ideias amplas e construtivas, que apreciava as humanidades, o que eu julgava raro num engenheiro, e parecia encantado com a sua missão de criar uma Universidade. Por isso julguei-o sério mas um pouco ousado. Não seria mais arriscado e dificultoso do que ele pensava criar uma Universidade nova praticamente do nada? Despedi-me, fui preparar as minhas aulas e não pensei mais no assunto; apenas entendi que era dever de cortesia ir retribuir-lhe a visita. Soube depois que o Reitor já se estabelecera no Largo do Paço e saudara igualmente as forças vivas da cidade.

Alguns dias decorridos, inesperadamente, recebo um telefonema da secretária comunicando-me que o Senhor Reitor desejava urgentemente falar comigo. Pus-me a caminho não sem um certo sentimento de culpabilidade por não ter ainda retribuído a visita. Ele recebeu-me no gabinete da Reitoria ainda mal mobilado, com sorriso aberto, em mangas de camisa, atarefado em instalar pessoalmente os primeiros serviços. Trocámos algumas palavras de cumprimentos em que lhe manifestei a minha confusão por não lhe ter retribuído a visita e ser ele agora a convocar-me. Que desejará? Mas logo adiantou: chamei-o para o convidar para membro da Comissão Instaladora. Aceita? Este convite, inteiramente inesperado, dava um repelão na minha vida e deixou-me por isso entre agradado e perplexo. Agradado porque sempre me propus como dever de consciência e missão grata, embora espinhosa, dar a batalha da minha vida no desenvolvimento cultural. Por isso ajudara a fundar o Instituto Superior Económico e Social de Évora, em 1964, o que não foi fácil perante um Ministério da Educação, legalista e burocrático, e impulsionara a Faculdade de Filosofia, de que era pela segunda vez director, a abrir as suas aulas a alunos externos e a promover congressos, colóquios, conferências, enfim, a vida cultural de Braga que naquele tempo

era diminuta. Por outro lado, fiquei perplexo, porque este convite levava-me necessariamente a abrandar pelo menos a minha ligação à Faculdade onde me formara e a afoitar-me por um novo caminho, sedutor, mas problemático e espinhoso.

Pedi uns dias para reflectir. Nunca temi riscos nem aventuras, por isso deixei cedo a minha terra, sentia-me realizado nas lides universitárias, mas, com certo espírito beirão que me ficara, sempre gostei de conhecer e avaliar antes o caminho que pisava, os companheiros de viagem e a possibilidade de uma cooperação eficaz. Além disso, teria de adiar mais uma vez os meus planos pessoais e os meus livros, o que me era bastante doloroso. Hesitei entre este sacrifício pessoal e o gosto de uma aventura que considerava indispensável para valorização de Braga e do Minho. No fundo de mim mesmo prevaleceu a previsão de uma frutuosa colaboração com o Reitor que mais uma vez me pareceu bom «companheiro de viagem», empreendedor, aberto e construtivo. Quando, dias depois, lhe fui comunicar que aceitava, deu-me um abraço que ainda hoje, anos volvidos, perdura.

Confesso que me sinto pouco à vontade a falar das minhas coisas. Nasci para realizar, ou melhor, ajudar a realizar uma obra porque sempre apreciei a cooperação, mas não para me rever nela. Mas uma vez que pedem um testemunho pessoal sobre a Universidade aos que trabalharam na sua implantação, sinto-me forçado a deter-me nos meus pontos de vista para afastar o perigo de cairmos em repetições. E já agora, como de todos os membros iniciais da Comissão Instaladora eu era talvez o que melhor conhecia Braga, vou referir-me às repercussões e contingências no lançamento da Universidade do Minho.

Externamente, a Universidade do Minho começou no dia 17 de Fevereiro de 1974 com uma festa vibrante, como não podia deixar de ser no Minho: *Te Deum* soleníssimo na Catedral, brilhante cortejo académico para o edifício do Largo do Paço, muito povo curioso e divertido e, finalmente, um suculento e tradicional jantar nas belas e austeras salas onde hoje se celebram doutoramentos e se reúne o Conselho Académico e o Senado. Então nada disto havia e aquele Palácio silencioso ganhou de repente novo alento. Nos dias seguintes, terminada a festa, a Comissão Instaladora começou a reunir-se e a trabalhar nas perdidas salas da Biblioteca, acompanhada de longas filas de livros encanecidos pelos séculos e documentos tão antigos como sugestivos a que era necessário dar nova vida. Aí planeávamos os Cursos, a localização do *Campus* a construir, os critérios da escolha de professores e funcionários, o estilo original e exigente de uma nova Universidade. Enquanto lá dentro trabalhávamos afincadamente, cá fora renovava-se a costumada escaramuça, um pouco ciumenta, entre Braga, Guimarães e Viana. Esta última cidade logo saiu da competição porque, diziam, não lhe interessava a engenharia naval que o decreto fundacional lhe designava. Mais inteligente foi Guimarães que ofereceu um edifício provisório (Vila Flor) e aceitou os Cursos que lhe determinassem, desde que por lá se dilatasse a Universidade. A verdade, porém, é que só acreditou verdadeiramente na extensão da Universidade à sua cidade quando se iniciou a difícil compra dos terrenos, no lugar estreito mas central que lá nos destinaram. Todas estas querelas se reflectiam na imprensa regional e até lisboeta, que inventava coisas do arco-da-velha; um semanário de Lisboa só se calou, anos depois, quando se lhe levou um monte de documentos

que provavam exactamente o contrário do que teimava em repetir. E não vale a pena descrever outras peripécias, umas ridículas outras dolorosas, que envolveram a criação da Universidade. Em Portugal, com frequência, é mais facilmente aplaudido e comentado o *destruir* do que enaltecido o *construir*.

Entretanto rebentou o 25 de Abril e com ele os nossos planos primeiriços sofreram um abalo inesperado que nos levou a oscilar algum tempo entre novas perspectivas e algumas incertezas. É certo que não houve agitação interna na Universidade porque ainda não havia alunos nessa altura, mas este facto criava-lhe, por outro lado, uma posição frágil, porque se cochichava no governo e na nova política havia quem hostilizasse a criação das novas Universidades e nomeadamente a do Minho. Essas vozes sussurravam em surdina pelos corredores, mas não deixavam de influenciar alguns governantes, pois até houve um ministro que, no orçamento de um ano, apenas favoreceu a Universidade Nova de Lisboa, a única que, segundo ele, deveria ser criada. Para se evitar um possível e temido recuo no Ministério da Educação, começámos a leccionação de alguns Cursos um ano antes do previsto, pois havendo alunos e juventude a nossa voz soaria com mais força no Terreiro do Paço.

Surgiu, ao lado, agitação nos alunos da Faculdade de Filosofia, mas esta é outra história e apenas se reflectiu de ricochete na Universidade por eu ser juntamente membro da Comissão Instaladora e director da Faculdade. Uma das suas reivindicações, perante a firmeza da direcção da Faculdade em não aceder a facilidades, foi a de se transferirem os alunos que o desejassem para a Universidade do Minho. E como isso então era irrealizável por falta de professores e de espaços disponíveis para aulas, alguns atribuíram este facto à minha intervenção. Ainda propus, por isso, a minha demissão à Comissão Instaladora para lhe evitar possíveis dissabores, mas não foi aceite porque de facto eu em nada interviera. Aliás sempre defendi, ontem e hoje, que professores e alunos devem trabalhar e estudar na instituição onde se sintam bem.

Houve, porém, um facto decisivo, consequência do 25 de Abril, que muito contribuiu para a Universidade do Minho poder ser mais rapidamente a grande Universidade que hoje já é. Como é sabido, quem confere valor decisivo a uma Universidade são sobretudo o alto nível científico e pedagógico e a riqueza humana e criativa dos seus professores. Um bom professor universitário, certamente o de Humanidades que é o que eu melhor conheço, mas todos em geral, levam por isso longos anos, e anos duros de aprendizagem, a formar-se. Aconteceu que a Universidade do Minho recebeu quase de graça, apenas pela atitude oportuna e inteligente do seu Reitor, muitos docentes já formados ou a terminar a sua formação em Engenharia e Ciências Exactas. Por causa da descolonização numerosos docentes das Universidades de Lourenço Marques (Maputo) e Luanda resolveram regressar a Portugal e naqueles confusos primeiros meses os gestores das Universidades não os aceitaram, ou dificultavam-lhe a entrada por os apodarem de colonialistas. Foi este um dos vários ventos de desvario que sopraram aqui e acolá por altura da mudança do regime. Outros professores valiosíssimos foram saneados quase sempre arbitrariamente. Ora a Universidade do Minho aceitou-os ousada e sabiamente com a alegria de quem recebe a melhor oferta para o desenvolvimento da sua instituição. Quando outras

Universidades abriram os olhos já era tarde e a Universidade do Minho, porque livre de preconceitos alheios à cultura e à investigação, por essa decisão oportuna e histórica, avançou largos anos em menos tempo.

A Comissão Instaladora, com critérios exclusivamente universitários, trabalhando unida como uma equipa que sabe o que pretende, não se poupando a sacrifícios, tentou planificar e construir uma Universidade completa e o melhor possível, pois sabia que quem pouco pretende pouco ou nada alcança. Mesmo assim, quando já tinha vencido mil dificuldades para lançar também o Curso de Medicina para o qual então se ofereciam igualmente alguns professores das Universidades do Ultramar, que depois foram para a América, uma inesperada mudança de governo e a pressa súbita da concorrência gorou os seus esforços para lançar esse Curso, de tipo inovador, e que ainda hoje faz falta na terceira cidade do país.

Mas quando uma Universidade sabe o que quer não perde por esperar, porque os governos passam, mas as Universidades permanecem. Assim aconteceu com o Curso de Direito que finalmente se inicia este ano escolar. Não quer isto dizer que a Comissão Instaladora apenas copiasse então as outras Universidades portuguesas; pelo contrário, criou uma estrutura de Universidade mais flexível e unitária, sem as pesadas e mais custosas instituições das Faculdades, lançou Cursos novos, naquele tempo, em Portugal, como os de Relações Internacionais, Engenharia de Sistemas e as Licenciaturas de Ensino com estágio integrado, por exemplo, e procurou que os seus primeiros Cursos cobrissem também algumas necessidades regionais como o de Engenharia Têxtil, tendo em vista sobretudo a região de Guimarães e depois o Curso de História que aproveitasse as riquezas documentais do segundo melhor Arquivo Histórico Português. Desde o princípio procurou igualmente manter um certo equilíbrio, nem sempre conseguido como é natural num organismo vivo, entre os três ramos fundamentais das Ciências Exactas, Técnicas e Humanidades.

Esta visão equilibrada, livre e dinâmica da comunidade universitária que, tendo à frente o Reitor, orientou a Comissão Instaladora, transmitiu-se a toda a Universidade e por isso não admira que fosse ela ainda que, entre nós, conseguisse o primeiro Reitor eleito, passo decisivo para a autonomia universitária, e que obtenha o maior índice de aumento de alunos para corresponder, quanto possível, às necessidades desta Região, a mais jovem da Europa.

Enfim, posso testemunhar, em síntese, para terminar, que a aventura rara e invejável em que participei, da criação da Universidade do Minho, se logrou algum êxito até certo ponto espectacular, tendo em conta a sua existência de apenas vinte anos, isso se deve em boa parte ao programa ambicioso, competente e crítico da Comissão Instaladora, da sua dinâmica concordante e esclarecida, da sua resistência às dificuldades e sobretudo pelo seu apreço pelo diálogo livre e criador, sem o qual não há verdadeira Universidade nem riqueza cultural.



A ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Joaquim Barbosa Romero

Se partir é morrer um pouco, no dizer do sentido aforismo, visitar o passado será rejuvenescer sempre um pouco. Não foi sem alguma apreensão, temendo a responsabilidade da tarefa, que ingressei na Comissão Instaladora da Universidade do Minho, a convite do seu primeiro Reitor, mas o fascínio de participar na construção de raiz de uma nova Universidade venceu toda a angústia interior que o cargo prenunciava. Foram estes os sentimentos com que me debati há cerca de vinte anos e à decisão de aceitar o desafio, embora com a intenção de, terminada a instalação da instituição, suposta durar 3 anos, regressar às lides académicas em outra sede, no domínio científico-pedagógico onde me formara e especializara. Vinte anos decorridos e continuo na Universidade do Minho.

Este facto, só por si, explica, o meu profundo e virtualmente total envolvimento com a novel instituição e, de certo modo, a indecisão quanto ao que mais me tocou durante o período da instalação que acabaria por se prolongar até aos fins de 1981.

Uma visão retrospectiva desse período revela-o eivado de obstáculos e de quezílias que agora quase parecem insignificantes, mas também de realizações que constituíram os alicerces do que é hoje a Universidade, para os quais contribuiu decisivamente o dinamismo de todos os colaboradores da época. Dinamismo é porventura um termo frouxo para retratar as longas reuniões a projectarem-se pela noite dentro, a preparação detalhada de relatórios, propostas e regulamentos, as condições de trabalho e o ambiente por vezes hostil: foi antes um acto de fé e de amor que, a par de um profissionalismo na acção, marcou a caminhada inicial que esculpiu a feição e o espírito da Universidade do Minho. Um depoimento, porém, conquanto não necessariamente, tende a revestir um carácter assaz pessoal: permito-me assim centrar este contributo no modelo organizacional da Universidade em que estive muito empenhado durante esse período.

Desde muito cedo os membros da Comissão Instaladora se preocuparam com uma estrutura orgânica da Universidade que se pretendia, no acto da sua criação, uma instituição moderna com capacidade de resposta aos desafios que lhe tinham sido lançados, nomeadamente os tradicionais - educação e criação e transmissão do saber - e um outro, o do seu relacionamento interactivo com o meio em que iria crescer, sem com isso perder dimensão nacional e, a seu tempo, internacional.

Muito contribuiu para esta reflexão a observação crítica da experiência em outros países e os estudos prospectivos e modelos desenvolvidos por alguns pensadores, destacando, não por serem os únicos, mas porque foram sem dúvida os que mais contribuíram para dar corpo ao que iria constituir a orgânica da Universidade, a análise da Fondation Industrie-Université, os trabalhos de Ackoff, Rice, Piaget, Jantsch e Kingdom.

Na primeira, expressa no documento «Université 1980», sublinha-se que os traços dominantes no futuro iriam ser:

- a. Um ritmo de transformação acelerado, provocado por um extraordinário, mas previsivelmente rápido e diversificado progresso científico-tecnológico.
- b. A generalização crescente da cultura no sentido lato, imposta pela entrada numa era científica, obrigando a uma maior difusão do conhecimento e conseqüente aumento de capacidade média dos membros da sociedade, tanto na sua preparação básica, como em especializações diferenciadas.
- c. A crescente relevância do fenómeno de socialização, isto é, a compreensão pelos membros da sociedade das suas responsabilidades recíprocas e, portanto, a cada vez mais acentuada intervenção das pessoas e das instituições num progresso social acelerado e multifacetado.

Estes fenómenos de socialização, complexificação da sociedade e progresso científico e tecnológico potenciam-se entre si e conduzem a um efeito sinérgico de rápida evolução, mas cujas expressões concretas não são facilmente previsíveis.

A assunção pela Universidade do Minho dos desafios acima enunciados que tomou como seus objectivos e aglutinou numa política coerente, explicitando a importância da função social da instituição nos três aspectos de ensino, investigação e serviço à comunidade, implicaria logicamente desejar estar integrada no progresso de renovação e no planeamento do sistema social, contribuindo para o melhoramento da capacidade da sociedade para uma auto-renovação contínua, para o que, como defendera já Jantsch, a Universidade desempenha um papel decisivo. A esta postura, essencialmente virada para o futuro, está subjacente o reconhecimento do papel fundamental da inovação na sua intervenção axiológica.

A Universidade, enquanto organização, encontrava-se assim na expectativa de enfrentar um ambiente do tipo campo turbulento cujas propriedades dinâmicas resultam não só da interacção com outros componentes do sistema, mas também da própria complexidade de todo o sistema, universidade incluída, e a conseqüente acrescida importância de estabelecer valores colaborativos que constituem a resposta básica a áreas persistentes de incerteza técnico-sociais. Em geral, esta presença permanente de um gradiente inovativo conduz à necessidade de contemplar processos de decisão laterais específicos, a par de processos de decisão formais verticais de tipo burocrático. A forma ou estrutura de uma organização é influenciada pelos mecanismos da tomada de decisão que tem de estabelecer e conseqüentemente influenciada pelo tipo de ambiente em que tem de se movimentar.

Por outro lado, os objectivos que a Universidade do Minho se propôs atingir impõem desde logo as seguintes orientações fundamentais para a sua estrutura:

- As actividades de investigação e educação, sendo igualmente importantes, devem articular-se de modo a que não se prejudiquem mutuamente;
- A constituição, tanto das equipas de docência como de investigação, previsivelmente de carácter fortemente interdisciplinar, por especialistas de diferentes domínios científicos deve ser facilitada por vezes em

alto grau, pois muitos desses domínios constituem um denominador comum das respectivas actividades;

- A estrutura deve ser flexível para que as modificações resultantes da evolução dos conhecimentos e da sociedade, conduzindo a reformulação e/ou extinção de actividades existentes ou criação de novas actividades, se possam processar com suficiente agilidade.

Estas balizas, determinadas aliás pela percepção da dinâmica social já em marcha, e feita uma análise das estruturas organizacionais tradicionais das Universidades nacionais e estrangeiras, permitiram concluir que os modelos de organização universitária baseados na Faculdade ou Departamento como unidade estruturante, apresentava sérias limitações à tradução na prática daquelas orientações, dada a sua rigidez, intrínseca ou tendencial, e decorrente incapacidade para satisfazer o desenvolvimento da política de actuação da Universidade do Minho.

Tal facto conduziu a Comissão Instaladora a procurar outras alternativas, tendo-se tornado particularmente atraente a adopção de uma estrutura matricial, já ensaiada e experimentada em organizações ou programas industriais e de investigação, de que o exemplo mais notável era então o desenvolvimento do sector aeroespacial norte-americano, modelo organizacional que abarcava, ao mesmo tempo, uma hierarquia normal e entidades de «resolução de problemas». A sua adaptação à instituição universitária foi inédita no espaço nacional e também - julgava-se - a nível internacional.

Às orientações anteriormente descritas juntaram-se ainda duas preocupações operacionais - a racionalização e optimização dos recursos humanos e materiais e a institucionalização do intercâmbio de informação e pessoas com a comunidade, o que conduziu ao que se poderia designar por uma especificação da estrutura da Universidade com as seguintes características gerais:

- Actividades de ensino e de investigação realizadas por unidades distintas (unidades de ensino e unidades de investigação);
- Instalações, equipamentos e apoio logístico, utilizados em comum por diversas unidades, desagregadas em unidades de apoio coerentes;
- A mesma pessoa pertencer a mais de uma unidade;
- Qualquer unidade poder incluir pessoas que trabalhassem fora da Universidade;
- As unidades poderem sofrer todos os tipos de evolução, incluindo a extinção.

O conceito de unidade assume aqui essencialmente a forma de um grupo de pessoas motivadas por um objectivo concreto a prosseguir em conjunto, de maneira participada, grupo que se dissolverá quando o objectivo for atingido, ou quando deixar de fazer sentido e, portanto, for abandonado. Assim, neste modelo, a unidade não é necessariamente um complexo de instalações, pessoal e equipamentos de constituição definitiva e hermética.

É fácil identificar estes grupos com o conceito corrente de projecto, razão porque este modelo se tornou conhecido e foi apelidado de modelo de «grupos de projecto». Inicialmente o modelo proposto assumiu a forma mais radical e pura, prevendo como unidades básicas as unidades de ensino (cursos que em cada instante se ministram na Universidade), as unidades de investigação (projectos de investigação em curso em cada instante na Universidade) e as unidades de apoio (os serviços que prestam suporte físico e logístico às unidades anteriores, podendo tal suporte ser de índole pedagógico-científica ou técnico-administrativa). Constituíam-se assim três malhas formadas por cada um destes conjuntos de unidades básicas, sendo a malha das unidades de apoio que se entrelaça com as outras duas.

Podem-se reconhecer nesta estrutura os atributos de uma organização matricial com componentes horizontais (unidades ou projectos de ensino e de investigação) e verticais (unidades de apoio), faltando apenas a formalização da respectiva gestão, tendo-se considerado neste contexto três níveis: nível básico (conselho de gestão de cada unidade), nível intermédio (conselho coordenador das unidades, prevendo-se a possibilidade de haver vários destes conselhos, de acordo com um agrupamento lógico das unidades) e nível superior (conselho geral da Universidade e Reitoria). Pode ainda reconhecer-se a potencialidade de expansão e/ou extinção dos projectos de ensino e investigação, mesmo que o número das unidades de apoio, de índole mais permanente, se mantenha inalterado. Se se recordar que qualquer das unidades estavam abertas a pessoas do exterior, este modelo organizativo revestia-se da plasticidade suficiente e necessária para contemplar as exigências esperadas de desenvolvimento das actividades da instituição, não só monodisciplinares, mas também interdisciplinares e até transdisciplinares, com a capacidade e rapidez adequada à crescente complexidade e transiente configuração da evolução de conhecimentos e do meio social.

A primeira versão formal deste modelo, amplamente fundamentada, surgiu em princípios de 1976 no documento da Comissão Instaladora intitulado «*Universidade do Minho: Que Universidade*» e constituiu a destilação do debate no seio daquela Comissão da problemática de estrutura da Universidade, baseado em relatórios internos produzidos em 1975 e ideias previamente esboçadas e que tinham tido uma primeira divulgação em Fevereiro de 1975 no «Encontro sobre Problemas do Ensino Superior» realizado em Aveiro.

Naquele documento, também se equacionavam os eventuais obstáculos à aplicação do modelo. Os primeiros, sem dúvida os mais delicados, consistiam nos bloqueios de natureza psicossocial, resultantes da experiência universitária dos seus membros, cuja vivência se desenrolara em culturas organizacionais substancialmente diferentes: as universidades de faculdades e as universidades de departamentos. Os segundos derivavam do reconhecimento, sem dúvida válido, mas ultrapassável, da gestão mais sofisticada e complexa que a própria estrutura matricial iria exigir, ou, mais concretamente, se o modelo permitia otimizar recursos iria precisar, por seu turno, de recursos adicionais para a sua administração e não se afigurava líquido que, na globalidade, os custos operacionais fossem mais baixos.

Não obstante tais interrogações, foi homologado superiormente na mesma altura um texto regulamentar - o Regulamento Interno Provisório - que traduzia já o modo de funcionamento da Universidade do Minho, numa perspectiva matricial: tal texto constitui virtualmente o seu primeiro estatuto, ainda que numa versão incipiente e exploratória.

Este Regulamento Interno Provisório foi naturalmente posto à discussão generalizada interna e suscitou um debate rico em troca de ideias e no aprofundamento das características do modelo e da sua tradução prática, tendo em conta o conhecimento, nesse período, da experiência da Faculdade de Medicina da Universidade de Limburg, fundada em 1976 na Holanda, que decidira adoptar os princípios da gestão matricial, introduzindo o conceito de «grupos de capacidade» que correspondiam a uma generalização das unidades de apoio da estrutura em discussão, incluindo neste grupo unidades concentrando as capacidades científicas e pedagógicas necessárias para os projectos de ensino, investigação e serviço à comunidade, ou seja, aí sediando os docentes e investigadores da instituição (ou externos), sem beliscar a rede estrutural.

Esta abordagem heurística era indispensável não apenas para a compreensão do modelo e seu funcionamento, mas sobretudo para que todos os colaboradores da Universidade o assumissem e encarnassem, condições sem as quais a instituição nunca funcionaria capazmente na óptica dos objectivos prescritos, que eram aliás consensuais. Neste período de viva e franca discussão, cedo se evidenciou que a complexidade administrativa de modelo não constituía um obstáculo sério, tendo em conta os avanços já em franca expansão das tecnologias de informação, pelo que todo o esforço se centrou na superação das reservas de natureza psicológica e emocional. Foram-se assim limando arestas e desfazendo preconceitos que permitissem a construção progressiva de regulamentos mais aperfeiçoados, que balizassem as actividades das várias unidades e dos vários órgãos de coordenação. No Guia da Universidade do Minho de 1979 aparece formalizado, salvo erro pela primeira vez, o fruto desta reflexão no seio da instituição. Nele se reforça a estrutura matricial, acentuando a óptica do projecto como óptica prevalecente, redefinindo os grupos de projecto nos Projectos de Ensino (cursos), Projectos de Investigação (centros) e Projectos de Serviço, rebaptizando as Unidades de Apoio em Unidades de Recursos e desagregando-as em Unidades de Recursos Científico-Pedagógicos, Unidades de Recursos Técnico-Administrativos e Unidades de Recursos Culturais, e se apresenta já um organograma da Universidade, retratando a estrutura adoptada.

Por restrições de natureza exógena, não foi possível logo desde o início conferir formalmente à estrutura da Universidade a pureza contida na concepção inicial. Com efeito, por força daquelas restrições, os Projectos de Investigação foram identificados com Centros de Investigação, uma figura algo artificial e em boa verdade desnecessária, mas persistente, não tendo tal contudo, sublinhe-se, alterado o conceito de projecto de investigação, como Grupo de Projecto, nem cerceando a criação de novos Projectos de Investigação.

Seria fastidioso, e sairia mesmo do âmbito desta contribuição, seguir a trajectória do modelo organizativo da Universidade do Minho até aos seus actuais Estatutos, que

consagraram definitivamente a sua total autonomia. Bastará acentuar que nele se espelha o molde básico inspirado na organização matricial, que tem provado, nestes vinte anos da instituição, reagir adequadamente à dinâmica dos processos socioeconómicos e científico-culturais.

Por outro lado, não deixa de ser fascinante verificar como o decurso dos acontecimentos tem obrigado as instituições de ensino superior, formal ou informalmente, a pautarem-se por esquemas matriciais para cumprir as suas missões. Não referindo o óbvio exemplo das acções de formação, a ligação crescente entre aquelas instituições e a indústria, bem como os programas de investigação nacionais, comunitários e internacionais, quer se concentrem para fins comerciais, quer se situem a nível pré-competitivo, revestem cada vez mais um carácter interdisciplinar ou exigem, pelo menos, a coordenação das inerentes actividades realizadas em núcleos independentes, quer sob o ponto de vista hierárquico, quer geográfico, no desenvolvimento de múltiplos projectos comuns, conquanto cada um seja partilhado só por alguns deles, realidade que exige uma metodologia de gestão eminentemente do tipo descrito, mesmo que a organização institucional permaneça agarrada a figurinos tradicionais.

Sendo meu propósito, como referi no princípio, reconstituir a génese do modelo de gestão matricial da Universidade do Minho, não posso deixar de manifestar o meu orgulho em pertencer a uma instituição que nesta matéria, como em outras, tem primado por estudar, pesquisar e adoptar soluções inovadoras e eficazes.



DESAFIO IRRECUSÁVEL

Joaquim dos Santos Simões

Comparada con la medieval, la Universidad contemporánea ha complicado enormemente la enseñanza profesional que aquella en germen proporcionaba, y ha añadido la investigación, quitando casi por completo la enseñanza o transmisión de la cultura.

Esto ha sido evidentemente una atrocidad. Funestas consecuencias de ello que ahora paga Europa. El carácter catastrófico de la situación presente europea se debe a que el inglés medio, el francés medio, el alemán medio son incultos, no poseen el sistema vital de ideas sobre el mundo y el hombre correspondientes al tiempo. Ese personaje medio es el nuevo bárbaro, retrasado con respecto a su época, arcaico y primitivo en comparación con la terrible actualidad y fecha de sus problemas. Este nuevo bárbaro es principalmente el profesional, más sabio que nunca, pero más inculto también - el ingeniero, el médico, el abogado, el científico.

(Ortega y Gasset, in **Misión de la Universidad**)

Quando, em Janeiro de 1975, o Prof. Lloyd Braga, Reitor da Universidade do Minho, me convidou para integrar a Comissão Instaladora (CI) da novel Universidade, não pude deixar de corresponder a tal solicitação. E isto porque ao longo de muitos anos tinha assumido uma posição extremamente crítica quanto ao sistema escolar vigente e não seria coerente, da minha parte, ao ser posto perante um tal desafio, negar-me a aceitá-lo.

Conhecia muito bem as minhas limitações, sabia das dificuldades que teriam de ser vencidas dada a profunda crise da Escola portuguesa em geral e da Universidade em particular. Acrescia ainda que a Universidade ia ser instalada num Distrito caracterizado por contradições culturais e graves assimetrias socioeconómicas.

Ao convidar-me, o Reitor fez-me o ponto da situação em relação ao trabalho já desenvolvido pela CI desde o início da sua primeira reunião, em 19 de Fevereiro de 1974:

- Debater quais os Cursos a criar, que não seriam obrigatoriamente idênticos aos das restantes Universidades portuguesas;
- Assegurar instalações provisórias com o objectivo de os Cursos terem início no ano lectivo de 1975/76;
- Iniciar o processo das instalações definitivas, sendo consensual a opinião de que deveriam constituir um *Campus* ocupando uma área de cerca de 60ha;

- Enquanto vigorasse o período de instalações provisórias (que se desejava o mais curto possível e com o mínimo de encargos), instalar-se-iam, em Braga, os Cursos de índole humanística e, em Guimarães, as tecnologias.

Em 1968, no meu livro «Engrenagens do Ensino», escrevia: “Se a situação geográfica das universidades impede que muitos alunos as atinjam, a alternativa é a Universidade ir ao encontro dos alunos. A descentralização universitária (...) não pode, em circunstância alguma, estar dependente de razões políticas regionais, mas apenas de motivações *económicas e populacionais*. São as condições socioeconómicas e a riqueza manifestada ou potencial numa região que devem determinar a criação daqueles ou outros centros de ensino superior.”

Três anos antes, em Abril de 1971, tinha sido um dos responsáveis pelo Colóquio de Braga (*promovido por opositores ao regime*), onde foi feito um levantamento da situação do ensino em Portugal com denúncia das graves lacunas existentes e propostas realísticas, na conjuntura de então.

No conjunto dos pressupostos referentes ao Distrito de Braga, focou-se, entre outros, o seguinte: o desenvolvimento industrial e a inevitável reconversão de muitas indústrias durante esta década, devido à pressão do chamado **Terceiro Mundo** sobre os mercados internacionais, e a nossa debilidade competitiva por falta de mão-de-obra especializada obriga à criação de (e seguem-se as conclusões de que se destacam urgentes medidas):

- Ensino profissional agrícola nas regiões predominantemente agrícolas e de um Instituto politécnico de agro-pecuária;
- Um Instituto politécnico de engenharia; bacharelato em engenharia, medicina, agronomia e veterinária;
- Duas Escolas de magistério infantil;
- Mais uma Escola de magistério primário;
- Uma Escola normal superior.

Veiga Simão, numa fuga para a frente, cria, no papel, entre outros projectos, uma ousada regionalização do ensino universitário. Sabia bem das enormes carências humanas e materiais das Universidades *velhas*, mas teve a premonição (!) de que as guerras no Ultramar iam acabar em negociação política e a maioria dos docentes das Universidades de Luanda e Lourenço Marques procurariam um lugar (desejado) em Universidades carenciadas, sem estorvos «Catedráticos»: as «ditas» novas.

Com o 25 de Abril não só se criaram as condições subjectivas mas principalmente as objectivas à concretização daquelas hipóteses, acrescidas com as *benesses* de *professores saneados* das Universidades “*velhas*” (e não estão aqui em causa as razões que as levaram a um tal procedimento). Assim, a Universidade do Minho não se eximiu em receber esses professores, sempre que se tratava de professores-investigadores de reconhecido mérito.

Se os problemas logísticos eram importantes - e eram-no de facto -, a garantia de um quadro de professores qualificados era a preocupação maior.

As Engenharias cedo se destacaram como o grupo qualitativa e quantitativamente mais destacado e as apreensões voltavam-se agora para as áreas humanísticas.

Com uma meta temporal definida para a abertura dos Cursos, os esforços centraram-se em procurar encontrar instalações provisórias que respondessem às necessidades imediatas.

Para a listagem dos Cursos contribuíram várias achegas quer da Comissão de Planeamento da Região Norte (CPRN), quer de contactos pessoais com os Empresários da Região, quase sempre realizados pelo Prof. Joaquim Barbosa Romero da CI. Aliás, a abertura e ligação ao meio foi sempre uma preocupação da CI e teve também como parceiros dialogantes os Sindicatos, Partidos Políticos, Associações empresariais, etc. Foi feita a caracterização do Distrito de Braga (e também do de Viana do Castelo), no quadro abrangente da Região e quantificados os principais indicadores.

Nunca a CI se poupou a esforços, e é bom recordá-lo, que todo o trabalho se estava a desenvolver quando as outras Universidades estavam paralisadas; a situação política estava longe de ser pacífica e alguns interesses criados buscavam a instabilidade para dificultar a acção da CI e esta apenas estava preocupada em cumprir o mandato para que fora empossada: instalar *uma* Universidade.

Em reunião de 6 e 7 de Julho de 1974, a CI fez um estudo aprofundado das 24 *manchas* propostas pela PROFABRIL (única empresa portuguesa com capacidade para este complexo estudo) para a instalação do *Campus* universitário, e fundamentou a sua escolha por *unanimidade* na *mancha* 5 situada na Vila das Taipas, a jusante da ponte sobre o rio Ave e na margem esquerda deste rio. Decidiu enviar este Parecer, acompanhado do Relatório da PROFABRIL, ao Ministro da Educação e Cultura (MEC), através da Direcção-Geral do Ensino Superior. E aqui começa a grande farsa que teve como protagonistas a Direcção de Urbanização do Norte (DUN) e a CPRN e a sua reconhecida defesa do engrandecimento do polo urbano de Braga como contraponto ao Porto (e agora com a auto-estrada não será Braga um arredor do Porto?).

Em relatório de Junho de 1974, da CI (enviado ao Ministro), escreve-se:

«Admitindo que são necessários cerca de dois meses (Julho e Agosto de 1974) para o estudo e decisão por parte do Governo da opção a adaptar, o processo de aquisição de terrenos deverá iniciar-se em Setembro de 1974.

Prevendo-se a necessidade de expropriações e de negociações com os diversos proprietários envolvidos, é natural que a aquisição de terrenos só esteja concluída em meados de 1975.

Por outro lado, prevê-se que em Setembro de 1974 já se disponha de elementos suficientes do Programa Preliminar, de modo a iniciar os estudos do Plano Geral, o que irá permitir que este se encontre concluído até fins de Fevereiro de 1975. Só um programa deste tipo, sem interrupções, permitirá, como se indica atrás, lançar as primeiras empreitadas em Outubro de 1975, e utilizar os primeiros edifícios no ano lectivo de 1977/78, salvo verdadeiras medidas de emergência, a decidir a muito

curto prazo, as quais poderão permitir que algumas instalações possam ficar operacionais em 1976/77».

Mas veio a conhecer-se, entretanto, o Parecer do Eng.º M. L. da Costa Lobo, Consultor do Plano da Região do Porto (PRP), datado de Março de 1975, que termina deste modo:

«No caso (da mancha), 5 a mancha G.T.F. (Guimarães-Santo Tirso-Famalicão) será contemplada por uma constelação de instalações do ensino técnico médio e superior, destinando-se-lhe função paralela à da cidade do Porto - função regional descentralizada da cidade do Porto que se encontra cada vez mais progressivamente congestionada e incómoda.»

Quanto pôde a ignorância dos mandantes em relação ao abandonado Vale do Ave! E agora, a quem pedir responsabilidades?

Tendo presente um relatório exaustivo da PROFABRIL sobre o qual a CI tomou a sua decisão, e também o do Eng.º Costa Lobo, realizou-se a 20 de Março de 1975 uma reunião no Porto, no Gabinete dos Consultores do PRP, com a presença da CI, o MEC, a CPRP, a PROFABRIL, o Gabinete do PRP e os seus Consultores. Constatou de:

- Informações fornecidas ou posições assumidas pelo Reitor da UM (e que já são conhecidas);
- Intervenção do MEC: o MEC concorda com a solução proposta (*mancha n.º 5*), não aceitando nada que se aproxime de Vila Nova de Famalicão, ou da costa e/ou do Porto;
- Opinião do Diretor do Gabinete do PRP: subsistem dúvidas quanto às razões que levaram o estudo da PROFABRIL a debruçar-se sobre terrenos muito mais próximos do Porto, ignorando outros muito mais perto de Braga (digo eu: mais *claro* não se pode ser, sabendo-se que a *mancha 5* se localiza a 12 km daquela cidade (menos do que a distância de Al-gés ao Instituto Superior Técnico de Lisboa), ou pouco mais (em espaço que não em tempo) do que o percurso de Matosinhos à Faculdade de Engenharia, no Porto);
- Intervenção da CPRN: fica-se sempre na dúvida sobre a influência «política» que teria havido na escolha do local, integrado no inexistente «eixo» Braga-Guimarães (sabendo-se qual era a composição da CI e conhecendo-se a política *sem comas* da CPRN, esta *opinião*, no mínimo, toca as raias da desfaçatez);
- Opinião dos representantes do Gabinete do PRP: a solução Taipas (parcela n.º5) é a mais conveniente desde que se trate dum *campus* e não de uma cidade universitária (o Gabinete sabia que a CI sempre defendera a solução de *campus* único para a Universidade);
- A opinião dos consultores do PRP não releva a emitida pelo Eng.º Costa Lobo e aduzem, a respeito da localização proposta, *razões* que não acrescentam qualquer prestígio a quem as emitiu. Transcrições breves das opiniões: «uma solução que parece de compromisso («entre Braga e Guimarães»», «longe do caminho-de-ferro (!!) - foi pena não terem

emitido qualquer opinião quando foi desactivada a linha entre Fafe e Guimarães -, colocada numa *zona desgarrada* de áreas urbanas de relevo.

Todo este conjunto de posições e afirmações já haviam sido carreadas para o Ministério e sobre elas já o Ministro produzira Despacho em 13 de Março, que termina deste modo:

«O estudo peca por deficiente análise urbanística no que pode ser escusa no facto de só recentemente os trabalhos do PRP do Porto «descerem» a uma escala consentânea com as presentes decisões e terem carácter de proposta.

No entanto, porque a UM não pode aguardar o período de uma nova avaliação, ainda que conduzida por critérios mais expressivos do ponto de vista social e admitindo que o local proposto possa ser sempre uma alternativa razoável desde que seguida de medidas adequadas (e dada a localização do Parque industrial) determino que a DGSU pelo Gabinete do Plano informe com urgência o caso, tendo em atenção o circunstancialismo local e o calendário da UM.»

E o calvário do Reitor e, esporadicamente, de alguns membros da CI prolongou-se por todo o ano de 1975.

Vejamos. Em 18 de Abril de 1975, o Reitor (Presidente por inerência da CI), informou a Comissão Instaladora de que havia participado numa reunião no Porto, tendo a DUN ficado de apresentar um estudo seu sobre a localização do *campo universitário* da UM que, segundo aquela Direcção, estaria concluído em 14 de Abril, mas que até à data ainda não havia chegado. Na mesma reunião foi apresentado o Parecer do Gabinete de Consultores do Plano da Região Norte no qual se critica a proposta da CI, e se *advoga o prolongamento do prazo* para o estudo do problema e se apresentam também seis alternativas (!) para o *campo universitário*.

Em 24 de Abril ainda a DUN não havia enviado o estudo prometido, embora estivesse marcada para o dia 30 uma reunião com as Secretarias de Estado do Ensino Superior e da Urbanização para tratar da localização do Campo Universitário. Nesta reunião, a DUN punha como alternativa à *mancha 5* do estudo da PROFABRIL a chamada zona do Quartel em Braga (saúde-se a franqueza). Na reunião pusera-se ainda a hipótese de haver dois minicampos universitários, um em Braga e outro em Guimarães.

Na reunião de 18 de Novembro da CI, o Reitor referiu que tinha conhecimento, confirmado pela Secretaria de Estado do Ensino Superior, que o Conselho de Ministros se opunha à ideia de um Campo Universitário e pretendia a instalação das Tecnologias em Guimarães.

A decisão do Conselho de Ministros ignorou o conjunto fundamentado de Relatórios da CI, ou por esta veiculados desde Julho de 1974, e apenas tomou em consideração relatórios de proveta que em nenhum caso levaram em linha de conta a implantação de uma Universidade para servir uma região densamente povoada e em situação de alarmante crise e subdesenvolvimento.

Apoiada em pressupostos técnicos (que a CI nunca ignorou), mas ignorando as razões da CI (que devia merecer a confiança do Ministério que a nomeara), surge em 12 de Novembro um Parecer da Direcção-Geral do Ensino Superior de onde destaco os seguintes passos:

«A homologação superior da mancha n.º5 com vista à localização do *campus* universitário será prematura, quer em relação ao perfil - ainda indefinido (!!!) - da UM quer em relação à aprovação governamental do «Plano da Região Norte».

(...)

Entre outras propostas que (aquele Plano) encerra, figura o do crescimento da área urbana de Braga, recomendando a criação de condições de um aumento populacional de 60 000 habitantes, determinando para a capital do Distrito uma população total de perto de 100 000 habitantes.»

E numa sequência irrefragavelmente lógica, surge o Despacho n.º 497, de 5 de Dezembro de 1975, do Ministro da Educação que determina:

1. A Universidade do Minho é do tipo bipolar, localizando-se um polo no concelho de Braga e outro no concelho de Guimarães (o metafórico Terreiro do Paço, como um qualquer prestidigitador, tirou da cartola, num supremo momento de inspiração a SOLUÇÃO);
2. No polo de Guimarães ficarão implantadas as instalações destinadas ao ensino dos Cursos de Tecnologia (Engenharia), nos termos do Despacho citado;
3. As instalações provisórias e definitivas referentes ao ensino dos restantes Cursos ficarão implantadas no concelho de Braga.

O despacho contém ainda outras determinações, mas as de instalação são objectivamente estas. No entanto, o diploma assinado pelo Ministro contém uma parte não publicada no Diário Oficial e que refere a *Implantação definitiva dos Cursos de Tecnologia* e de onde destaco:

«Torna-se no entanto indispensável definir desde já a localização das instalações definitivas da Universidade, assim como de possíveis instalações provisórias adicionais que assegurem em tempo o funcionamento adequado dos Cursos. As soluções propostas quanto à implantação das instalações definitivas resultantes de longo trabalho de estudo, sugeriam:

- A totalidade das instalações definitivas no perímetro urbano de Braga (opinião do Gabinete de Planeamento da Região do Norte).
- A maior parte das instalações definitivas (sendo excepção óbvia a Biblioteca e Arquivo Histórico e os Cursos de Medicina que viessem a ser criados) num *campus* universitário situado na vizinhança das Taipas, concelho de Guimarães (solução preconizada pela Comissão Instaladora).»

E o documento do Ministro esclarece:

«O conhecimento público destas duas soluções (antagónicas) suscitou tomadas de posição fortemente emotivas de vastos sectores da opinião pública dos concelhos interessados - muito em particular do de Guimarães, no que se refere aos Cursos de Tecnologia. Na realidade, em relação aos dois concelhos considerados, é no de Guimarães onde há nitidamente maior concentração industrial, cuja reestruturação é reconhecida como urgente e que fortemente beneficiaria da presença dos Cursos de Tecnologia da Universidade do Minho.»

Mais de quinze anos passados lê-se e custa acreditar. Que argumentação tão pateta para levar a água ao moinho de Braga! Como é que eram antagónicas as soluções se uma pedia as instalações definitivas para Braga e a outra não indicava Guimarães, mas um terreno estudado entre 24 e que tinha como mérito a seu favor uma área de 60ha e condições ideais de receber todas as infra-estruturas básicas e principalmente localizado em importante cruzamento rodoviário (que se impunha - IMPÕE - modernizar) para onde afluíam os alunos provenientes de todo o Vale do Ave e de Braga? E como é que alguns sectores de Guimarães - a grande prejudicada - hostilizaram a CI que, fora de conluios políticos, defendia uma solução que, por mero acaso, a beneficiava em termos de distância?

Tratou-se de um jogo de *ping-pong* entre jogadores de olhos vendados: Guimarães não apoiou a CI que defendia um *campus* único a 6 km da cidade e o Ministro considerou (e com ele os das bandeiras de luto) que as Tecnologias instaladas no Toural iriam resolver, por si só, a crise larvar da indústria do Vale do Ave.

E, no final (?), dilapidaram-se milhares de contos em instalações provisórias, em Braga e Guimarães, utilizando-se, no primeiro caso, locais de recurso e de duvidosa qualidade para a prática pedagógica, sem falar nos pavilhões (barracões). Foram os custos de, contra ventos e marés, instalar uma Universidade, que poderia ter arrancado em 1976/77 ou, por certo, em 1977/78, em instalações definitivas, num *campus* de rendibilidade económica e pedagógica incontestáveis e servindo de forma otimizada toda a região.

País empobrecido, este, por força de atávica incultura, acabou por levar à solução (?) existente os intervenientes na decisão final - o Governo -, por força de uma coisa que dá pelo nome de «opinião pública» (mascarando interesses e sectores bem conhecidos) e de um Ministro que docilmente seguiu o conselho avisado (!), apolítico (!) e insuspeito (?) do poderoso *lobby* técnico sediado numa cidade e região metropolitana que são o exemplo do caos urbanístico de que esse *lobby* é o principal responsável.

Em 1979, e a respeito das instalações definitivas em Guimarães, afirmei na CI, e consta da respectiva acta: “que o problema é, em primeiro lugar, político; que hoje era inaceitável que se propusesse para Guimarães uma solução diferente da proposta para Braga.” É o que se espera seja feito, com inevitáveis e previsíveis custos dobrados para o erário público.

Quase duas décadas depois podem os protagonistas (onde estão?) desta decisão disparatada verificar o resultado da mesma. Braga possui uma Universidade na plena acepção da palavra, isto é, sem estar reduzida a uma única Escola. E ainda bem. Guimarães, da Universidade tem a tabuleta e uma Escola extremamente prestigiada mas votada a um isolamento científico que em nada contribui para a sua afirmação universitária. Onde se meteram os entusiastas (i)rresponsáveis vimaranenses que ajudaram na sua ignorância atrevida a um tal desfecho?

Infelizmente, não nos satisfaz o parafrasear uma expressão de conotação sagrada, mas que é a única que aqui quadra: *perdoai-lhes, porque não sabiam o que estavam a fazer*. Longe de mim estar a alimentar guerrilhas que sempre considere deslocadas no tempo e no espaço. Mas interrogo-me se a experiência de mais de um século não devia servir de aviso aos vimaranenses.

Por outro lado, a macrocefalia portuense que só não é mais prepotente que a de Lisboa por ser mais provinciana (no sentido mais pejorativo do termo), não tem há mais de um quarto de século a preocupação do reforço do polo urbano de Braga? O *25 de Abril* não alterou as mentalidades porque os responsáveis por tais políticas foram sempre os mesmos.

Neste 20.º Aniversário da criação da Universidade do Minho, como membro durante sete anos da Comissão Instaladora, alimento e alimentarei sempre o remorso de ter sido impedido - por gente sem qualquer sensibilidade universitária - de cumprir aquilo para que fui nomeado e que agora só poderá ter sentido com a aposta na Universidade de Guimarães, que o Governo deve a esta cidade, por todos os motivos, sem esquecer a dívida para com Frei Diogo de Murça, esse grande humanista Reitor da Universidade da Costa e da Universidade de Coimbra.

Paralelamente com esta odisseia das instalações definitivas ocorreu uma outra igualmente lamentável, também porque uma vez mais as regiões macrocéfalas sacrificaram uma parte do país densamente povoada, o Baixo-Minho em particular e o Minho e Trás-os-Montes em geral, impedindo a criação de um Curso de Medicina na UM através de inconcebíveis processos dilatatórios e discriminações gravemente lesivas do interesse de populações secularmente marginalizadas. E acontecendo tudo isto num regime que era indispensável que se firmasse e afirmasse de (pelo menos) cariz democrático.

Mas para que não fique um ressaibo de amargura nesta colaboração que o Reitor da Universidade teve a gentileza de me pedir, queria lembrar um feixe de gratas (justas) recordações e saudar alguns daqueles com quem mais de perto trabalhei e convivi.

Em primeiro lugar o Reitor, Prof. Carlos Lloyd Braga. A Universidade do Minho só é uma realidade porque ele se lhe devotou inteiramente. Só quem não viveu os naturalmente atribulados tempos de 1974 e 1975, em que foi gerada a Universidade, é que não pode avaliar que somatório gigantesco de esforços foi necessário desenvolver, em Braga, onde estava sediada a CI, nos labirintos dos sucessivos ministérios e nas hesitações dos sucessivos ministros. E isto para conseguir as verbas e aprovações de Cursos (de que alguns responsáveis (!) não percebiam o conteúdo nem os

objectivos) indispensáveis para a Universidade iniciar a sua actividade lectiva em Novembro de 1975. E a meta foi alcançada - enquanto todas as outras Universidades estavam paralisadas.

É justo destacar o apoio ao Reitor e Presidente da Comissão Instaladora - sempre em clara postura crítica construtiva, sempre saudável e, no final, sempre consensual, por parte dos membros docentes da CI e também dos técnicos exteriores à UM que a integravam.

Mas o universitário de corpo inteiro que abraçou o sonho de erguer uma Universidade no terreno instável do conservador Distrito de Braga, sente hoje, por certo, uma grande satisfação, que é a única compensação para o enorme desgaste físico e psíquico que teve de suportar. E deliberadamente ignoro os ataques que certa imprensa desencadeou, sem esquecer a insídia corrosiva, esquecendo-se que 'o cuspir para o ar' tem o efeito que se conhece.

Paralelamente, recorro a contribuição sempre serena e lúcida - exemplar - desse humanista que é também símbolo de cultura viva, o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, a quem coube também a espinhosa tarefa de organizar e coordenar o Grupo de Artes e Letras. Com uma larga experiência docente que começou no antigo Convento da Costa, lugar sagrado da cultura vimeirense (hoje espaço ominoso para a cultura e para recordar Diogo de Murça) e, mais tarde, à frente da Faculdade de Filosofia de Braga, pioneira dos estudos universitários na velha cidade de D. Diogo de Sousa, o Prof. Lúcio era portador de uma experiência que muito contribuiu para o arranque, consolidação e prestígio da Universidade.

A situação sanitária do Distrito de Braga (e da Região), com profundos reflexos sociais e socioeconómicos, há muito exigia a criação de estruturas que respondessem capazmente a uma tal situação. Foi preocupação inicial da CI inserir, nos Cursos a criar, o de Medicina. O coordenador do Grupo de Medicina foi o membro da CI, Joaquim Pinto Machado, Professor Catedrático da Universidade do Porto. Não é sem alguma emoção que recorro a luta estrénuo deste universitário que à Ciência médica se dedicou em exclusivo. Já antes referi a odisseia do frustrado Curso de Medicina na UM.

Quando em todo o Mundo ainda se esboçavam dúvidas acerca de novos caminhos para a medicina geral, Pinto Machado, na linha actualizadíssima da Organização Mundial de Saúde (OMS), propõe um Curso avançado para o tempo (Relatório da CI de Junho de 1974), procurando de forma inovadora formar especialistas em medicina geral. E não resisto a fazer uma citação de uma recomendação, da época, da OMS: "Quando uma escola tiver por função formar médicos destinados a dispensar cuidados primários, haverá que atender a esta formação como uma especialidade exigindo um programa específico e que dar ao médico a mesma consideração e o mesmo estatuto que aos outros especialistas."

Ultrapassou o Jacob do soneto camoniano, pois foram mais do que sete anos de luta entre a inteligência e a surdez dum país de atrevidos (i)rresponsáveis. Ainda hoje a UM espera (e com ela o Prof. Pinto Machado e o Senado) que haja alguém que consiga perceber aquilo que outros, noutros países (e cá têm arremedado), já

concretizaram. Este activo membro da CI (a ele se devem algumas das intervenções mais brilhantes) sabe que há *razões* que a razão desconhece, mas que, no caso vertente, têm tudo a ver com as velhas Faculdades de Medicina e... os interesses criados.

Pinto Machado foi também o representante da CI na Unidade de Arqueologia. Através do seu zelo, a Universidade teve um papel preponderante na salvação (do que foi possível salvar) das ruínas de *Bracara Augusta*, através da dedicação de um conjunto de arqueólogos que foram passando por aquela Unidade: Francisco Alves, Manuela Delgado, Manuela Martins, Sande de Lemos. Não foi apenas acorrer aos *salvados*, foi também enfrentar uma luta sem quartel contra interesses cavernícolas, tantas vezes protegidos por quem os havia de combater sem tréguas.

O Prof. Joaquim Barbosa Romero foi mais do que o coordenador do Grupo de Ciências Exactas e Tecnologia, pois não só estabeleceu uma ligação forte entre a Universidade e a Comunidade como também foi o ideólogo do modelo de Universidade que foi adoptado: uma Universidade de Grupos de Projecto.

À velha e rígida Universidade napoleónica das Faculdades e às Universidades de Departamentos, preferiu-se a estrutura flexível dos Grupos de Projecto, mais em consonância com a realidade portuguesa de escassos recursos humanos e materiais, e, por isso mesmo, exigindo a optimização do aproveitamento daqueles recursos. Acrescia ainda a favor desta opção a capacidade de resposta democrática que lhe era inerente pela exigência de participação de todos: professores, funcionários e alunos.

Universitário de grande prestígio, esteve à frente do Grupo, quantitativa e qualitativamente mais prestigiado nos primeiros tempos da UM e foi sempre o substituto natural do Reitor quando este se tinha de ausentar. Pela sua forma de agir e pelo seu valor, teve sempre uma aceitação consensual na CI.

A Comissão Instaladora foi em data posterior integrada por um dos homens a quem a Educação do nosso tempo, em Portugal, ficou a dever inestimáveis serviços e contribuições valiosíssimas: João Evangelista Loureiro. Não fora outro motivo, o facto de as Ciências da Educação na UM (e não só) lhe terem ficado a dever o prestígio a que desde início tiveram jus, a introdução da formação integrada de professores, só por si, é motivo mais do que suficiente para a Universidade portuguesa o não esquecer.

Na fase final da instalação, a CI foi integrada por elementos que se viriam a revelar (internamente já ocupavam lugares de destaque), desde logo, como garantes do prestígio continuado da UM. Os Profs. Sérgio Machado dos Santos e o ex-Reitor e Professor desta Universidade, João de Deus Pinheiro. Igualmente exerceram funções na CI outros professores que têm vindo a destacar-se e que também deram importante contributo na fase final do exercício da CI: os Profs. Lopes Nunes, Licínio Chaíinho Pereira, Luís Soares, Barreiros Martins e, no complexo processo das instalações definitivas, Carlos Bernardo.

Não posso, nem devo deixar de reafirmar, a respeito da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, o quão gratificante foi trabalhar em tal órgão determinante da criação da Universidade e com homens de excepcional craveira científica, cultural e humana. Pese embora a CI ter sido constituída, em todas as suas composições,

por homens de diversa formação política e ideológica (ou talvez por isso mesmo!), porque apenas os preocupou a missão para que tinham sido nomeados, instalar uma Universidade, souberam todos orientar a sua inteligência, conhecimentos e dedicação a favor de uma causa em que sempre acreditaram. Foram inúmeros os contratempos, menos os endógenos do que os exógenos, mas pôde sempre mais a vontade de construir do que o comodismo fácil da demissão que levaria à destruição à nascerça de um sonho que impunha concretizar para satisfação de uma comunidade tão carenciada.

Finalmente, algumas palavras de agradecimento e de louvor para um grupo de colaboradores com quem tive a sorte e a satisfação de trabalhar mais de perto. Trata-se de uma homenagem justa à dedicação dos Drs. Henrique Barreto Nunes e Maria Helena Laranjeiro da Cunha que, com o empenhamento do seu diminuto grupo de trabalho e a compreensão possível da CI (o drama da falta de verbas), realizaram milagres numa (então) degradada e indefesa Instituição que dá pelo nome prestigiado de Biblioteca Pública de Braga e que havia sido integrada, com o Arquivo Distrital, na UM. Não cabe aqui fazer a história desses tempos heróicos, mas não posso calar o esforço realizado. Importa também referir que um pouco à semelhança do que aconteceu com *Bracara Augusta*, a UM contribuiu decididamente para salvar a Biblioteca Pública e o Arquivo, este, pese embora o saber e a dedicação do Dr. Egídio Guimarães e seus poucos colaboradores em situação alarmante, quer no que respeitava ao acervo patrimonial de ambos, quer na defesa do mesmo, através da renovação de toda a instalação eléctrica e instalação de detecção de incêndios em todo o edifício. Falta apenas construir o «cofre-forte», climatizado, para guardar os documentos mais preciosos, mas conseguiu-se fotografar todo esse rico acervo de forma a permitir a consulta das fontes sem manusear os originais. Simultaneamente, ficou operacional o equipamento de microfilmagem que nunca tinha sido utilizado por estar avariado.

Não posso deixar de prestar a minha homenagem ao benemérito filantropo Nogueira da Silva, por ter legado a sua casa da Av. Central, bem como o seu recheio, e ainda o recheio da sua casa de Lisboa, à UM e com o objectivo de a transformar em Museu, comprometendo-se a Universidade, também a criar um Centro de Estudos Lusíadas. Em relação à Casa-Museu, ficou ao critério da Universidade proceder ao depuramento dos bens de carácter não museológico, e a criar condições de funcionalidade na área ocupada pelas garagens. Esta foi transformada em sala de exposições com um pequeno auditório de apoio.

Todo o trabalho de preparação do Museu pertenceu ao primeiro Conservador, Arq. Luís Mateus, que também preparou os projectos das obras a realizar. Não era fácil o desafio, mas o entusiasmo, inteligência e sentido estético do Arq. Mateus, permitiu concretizar o compromisso assumido pela Universidade. A CI teve o entendimento que, depois de depurado o recheio do que não tinha valor museológico, a Casa de Nogueira da Silva devia permanecer tal como havia sido legada, já que representava um caso ímpar e exemplar do modo como, em determinada época, vivia um homem rico e apreciar também o seu gosto estético. As exposições e outras iniciativas culturais programadas para os espaços do rés-do-chão contraponteariam os valores estéticos actuais (ou outros temporalmente definidos) com os do Museu.

Uma palavra de saudação, ainda, para o pequeno mas dedicado e eficiente conjunto de funcionários dos primeiros anos de arranque da Universidade, que permitiu dar corpo a um sonho que hoje é uma realidade de que a região minhota se pode orgulhar.

Numa comunicação que fiz, quando do 7.º Centenário da Fundação da Universidade de Coimbra, em Março de 1990, referi-me à preocupação das gerações de estudantes que no final da década de 40 e na década de 60, procuraram debater novos caminhos para a Universidade. A este propósito, afirmei:

«Creio que esta herança é sempre actual, se se considerar a Universidade como um organismo vivo que se alimenta da insatisfação dos seus estudantes, do saber dos seus professores e da experiência que resultará da sua plena integração na Comunidade envolvente.

O país vive um momento crucial da sua história. A Universidade não pode correr o risco de ser transformada em objecto de uma política economicista, antes deve assumir-se no seu papel de sujeito cultural ao serviço do desenvolvimento do país.

A autonomia universitária, pesem embora todas as insatisfações, é um sinal iniludível de que, pela primeira vez, as portas estão abertas a uma profícua colaboração entre os diferentes agentes que integram e justificam a Instituição Universitária. *É urgente ultrapassar a abordagem conjuntural dos problemas que afectam a Universidade.»*

Retomo, a concluir, o espírito da citação inicial de Ortega y Gasset, que sempre considerei lapidar, e que hoje, 60 anos volvidos, assume indesmentível actualidade. Qual é, de facto, a missão da Universidade? Para onde caminha a Universidade? Não será ela, como há 60 anos, uma das responsáveis pela crise que avassala a Europa e o Mundo? E, tal como Brecht, concludo insatisfeito: *Tantos relatos. Tantas perguntas.*

Guimarães, 27 de Outubro de 1993.



EM TEMPO

Joaquim Santos Simões

Já depois de entregue este testemunho, o **Jornal de Notícias**, do Porto, publicou em 30 de Outubro, na Correspondência de Guimarães, uma «Surpreendente» informação que muito tem a ver com a polémica das instalações definitivas da UM.

Transcrevo uma parte da mesma que «joga» com o que foi exposto sobre definição política adoptada para as instalações definitivas da Universidade do Minho.

E isto sem quaisquer comentários. À bon entendeur ...

«POLO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TARDA EM ARRANCAR NAS TAIPAS

Parceiros do Ave preocupados com o atraso

O atraso no arranque do Pólo de Ciência e Tecnologia (PCT) de Caldas das Taipas, Guimarães, está a preocupar as instâncias regionais associadas ao projecto, nomeadamente a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), a Universidade do Minho (UM) e a Associação Industrial do Minho (AIM). Na passada segunda-feira, procuraram fazer o ponto da situação relativo a este processo, durante uma reunião com a Direcção da Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, entidade que dinamiza o programa de construção destes equipamentos no Norte.

A instalação do polo nas Caldas das Taipas, entre Braga e Guimarães, para servir oito concelhos do Baixo Ave e do Baixo Cávado, com uma população de 700 mil habitantes, visa a criação de condições que potenciam a troca de informação entre a investigação e o desenvolvimento.

(...)

O processo do PCT das Taipas regista algum atraso em relação ao avanço já registado nos da Maia e da Feira.

A sua dinamização depende de um conjunto de infra-estruturas a implementar, como a construção da IC5, entre Famalicão e Guimarães e do IP9, entre Braga e Guimarães, bem como a construção da primeira fase da variante das Taipas, entre outras.

Até agora, a Direcção do Parque do Porto avançou apenas com a aquisição de uma parte significativa do terreno para a implantação do PCT das Taipas, esperando-se agora a conclusão e apresentação, aos parceiros do Vale do Ave, do estudo prévio das infra-estruturas a realizar. No encontro, com a Direcção da Associação do PCT do Porto os parceiros do Vale do Ave manifestaram a vontade de ter um representante seu na Direcção daquele organismo, para poder acompanhar mais de perto a evolução do processo e o decurso dos trabalhos do PCT das Taipas. Consideraram, por outro lado,

ser de toda a urgência o avanço desta estrutura, dada a sua extraordinária importância para o desenvolvimento não só do Vale do Ave como de toda a região do Minho.

(...)»

Mudam-se os tempos...



COM A BALIZA ÀS COSTAS

João de Deus Pinheiro

Desde o seu início que a UM quis ser diferente. Não por modismo ou sequer por antagonismo à tradição ou ao «*establishment*», mas tão simplesmente por se ter imposto a si mesma padrões elevados de excelência e inovação nos planos científico, pedagógico e societal e se ter orientado por um inabalável sentido de missão. Fazer da UM uma instituição de que os seus alunos, funcionários e docentes e, mais do que eles, as gentes do Minho, se orgulhassem, sem cair no erro de «regionalizar» a Universidade, eis um dos desafios cruciais que se impuseram à novel instituição.

E nada foi fácil! Desde logo pela época revolucionária em que teve de arrancar, quando predominava a querela política e se assistia a mutações súbitas num quotidiano quase surrealista.

Sem instalações, sem equipamento, sem dimensão orçamental, a sobrevivência da UM exigia aos seus responsáveis um verdadeiro milagre: multiplicar os recursos para se conseguir o lançamento dos primeiros cursos, a sustentação de uma investigação de qualidade e a aposta numa política ousada de formação de pessoal docente nos melhores Centros internacionais.

Foi autenticamente o tempo da «baliza às costas» que só a conjugação da visão dos seus responsáveis e do entusiasmo e compreensão de docentes, funcionários e alunos, permitiu encarar com galhardia e, até, com mais determinação de «bem-fazer».

Com uma estrutura organizativa «*sui generis*» orientada para a interdisciplinaridade e, mesmo, para a transdisciplinaridade, combatendo sistemática e sistemicamente a tradicional tendência para a proliferação de «quintas» ou «quintais» científico-pedagógicos, a UM teve ainda de lutar contra o vazio legislativo de um ministério que insistia em legiferar com base exclusiva nas orgânicas habituais. Pioneira na orgânica estrutural, mas pioneira, principalmente, na criação de Cursos novos e inovadores no plano universitário português (hoje adoptados também pelas antigas Universidades). Mas os campos onde a semente da mudança foi lançada foram mais amplos. A UM foi pioneira ainda na criação de um Senado participado pelas forças vivas locais e regionais, na eleição directa do Reitor pela totalidade dos docentes, funcionários e alunos e no activo envolvimento estudantil nas estruturas e na vida da UM.

Em suma, a UM fez da autonomia e participação uma realidade «*avant la lettre*» legislativa. Uma aposta que valeu a pena e que foi ganha em toda a linha.

Mas como não ganhar quando teve à frente dos seus destinos Homens do gabarito de Lloyd Braga, Barbosa Romero, Lúcio Craveiro, Pinto Machado, Santos Simões, entre outros?

Mas como não ter atingido notável desenvolvimento e qualidade, hoje por todos reconhecida, quando dispõe de um Reitor excepcional, de seu nome Sérgio Machado dos Santos e de uma equipa coesa?

Mas como não afirmar-se com uma personalidade forte quando a Associação de Estudantes, os Conselhos Académicos, o Senado sempre se orientaram pelo princípio da razão e pela razão dos princípios?

A mística da UM aí está, pujante para a maioria em que se prepara para entrar e na qual os desafios serão, provavelmente, diferentes, mas não necessariamente mais fáceis.

É essa mística que importa preservar e engrandecer, essa mística que ainda trago comigo (mau grado o relativo afastamento), essa mística que me faz sentir muito honrado em dizer que sou Professor da UM e muito orgulhoso de um dia ter sido eleito seu Reitor.

«O bom filho à casa torna», diz o adágio. Espero que me considerem o que eu julgo ser - um bom filho. E à UM espero poder retornar no futuro. É a minha casa!



O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Sérgio Machado dos Santos

Quando no Verão de 1974, a residir em Inglaterra na situação de estudante de doutoramento, tive oportunidade de ouvir do Prof. Joaquim Barbosa Romero as ideias inovadoras que, com visível entusiasmo, a Comissão Instaladora pretendia levar avante na recém-criada Universidade do Minho, estava longe de imaginar que a minha carreira profissional e a minha própria vida pessoal viessem a estar tão intimamente ligadas a esta Instituição. Desse encontro ficou uma semente, que germinou no dia 1 de Abril do ano seguinte com a minha entrada para o corpo docente da Universidade do Minho e rapidamente criou raízes sólidas.

Uma resenha história do meu envolvimento pessoal na vida institucional, nos variados níveis em que o mesmo se processou, não cabe certamente neste depoimento, por demasiado longa. Limitar-me-ei, por conseguinte, a alguns aspectos que considero mais relevantes para o desenvolvimento desta Instituição, ou que ocorreram em momentos particularmente decisivos, numa abordagem que, mesmo assim, pretende deixar alguns contributos para a história da Universidade do Minho que um dia se venha a escrever.

Na medida em que os demais depoimentos, por razões compreensíveis, incidem principalmente sobre a fase de instalação da Universidade, debruçar-me-ei em particular sobre o período posterior a 1981. Há, no entanto, uma opção de fundo da Comissão Instaladora que merece destaque pelo seu alcance como medida estruturante e a cuja implementação estive de perto ligado. Trata-se da forma como, na sequência do modelo e estrutura adoptados para a Universidade, se procedeu à organização dos projectos de investigação, a par dos projectos de ensino e se colocou um esforço considerável no recrutamento e formação de pessoal docente.

O Regulamento Interno Provisório, homologado em Fevereiro de 1976, desde logo estruturou a investigação em nove Unidades de Investigação (Centros), independentemente da sua eventual futura aprovação pelo Instituto Nacional de Investigação Científica e criou o Conselho Científico da Universidade como órgão de definição da política de investigação da Instituição e de coordenação das actividades das Unidades de Investigação. Note-se que este órgão antecedeu em dois anos e meio os Conselhos Científicos que viriam a ser criados pelo Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de Outubro, demonstrando assim a visão e a capacidade de inovação da Comissão Instaladora.

Foi em Maio de 1976 que o Reitor, Prof. Carlos Lloyd Braga, me surpreendeu com o convite para presidir ao Conselho Científico. Hesitei entre, por um lado, as inevitáveis dificuldades que se colocariam a um jovem Professor Auxiliar ao coordenar um órgão em que, certamente, o peso da tradição e hierarquia universitárias se fariam sentir e, por outro, os desafios inerentes a uma nova e promissora experiência. O Prof. Lloyd Braga fez valer os seus dotes de persuasão, levando-me a aceitar um cargo que vim a exercer consecutivamente durante mais de seis anos e me colocou num percurso profissional em que a componente de gestão universitária foi ganhando

preponderância, nomeadamente como vogal da Comissão Instaladora, depois como vice-reitor e nos últimos anos como Reitor. Essa foi, efectivamente, uma decisão determinante, com sérias implicações profissionais, pessoais e familiares, da qual não sei bem ainda se estou (ou, pelo menos, devia estar), ou não, arrependido.

A aposta no Conselho Científico, de qualquer modo, foi conseguida, mormente através de uma política agressiva de formação de pessoal docente, coordenada pelo Conselho tanto a nível de planeamento interno como da captação exterior de bolsas, cujos efeitos se fazem ainda hoje sentir na elevada qualificação do corpo docente.

Os anos seguintes ao regime de instalação foram anos difíceis, como consequência das limitações sentidas na parte final do mandato da Comissão Instaladora, motivadas pela acentuada instabilidade governamental, associada a uma conjuntura económica desfavorável e a uma falta de vontade política para aprovar os planos de desenvolvimento da Universidade do Minho e disponibilizar os correspondentes meios financeiros. A Universidade continuava a funcionar em instalações precárias e insuficientes, regendo-se ainda pelo Regulamento Interno Provisório, o que a sujeitava a tentativas de interferência governamental que atingiam por vezes o ridículo. Por sua vez, a carteira inicial de programação de cursos estava praticamente esgotada, urgindo preparar uma outra.

A Universidade do Minho soube, porém, resistir bastante bem a esses tempos difíceis, continuando na senda de soluções pioneiras e originais. Batendo-se por uma autonomia universitária na época ainda incipiente, conseguiu autorização para eleger em 1982 o seu Reitor, ainda que em lista tríplice. O Prof. Lúcio Craveiro da Silva foi, assim, o primeiro Reitor eleito das Universidades Portuguesas. Simultaneamente, foi a Universidade do Minho a primeira a solicitar e obter a autonomia administrativa e financeira, tirando partido das disposições contidas no diploma legal que deu por findo o regime de instalação das Universidades novas. Usando sistematicamente ao limite as competências próprias e delegadas, a Universidade do Minho colocou-se entre as instituições de ensino superior que mais contribuíram para o avanço da autonomia universitária, que viria a consolidar-se na Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro.

Em 1982 a equipa reitoral, liderada pelo Prof. Lúcio Craveiro da Silva, em interacção com a comunidade envolvente, elaborou e aprovou um documento sobre o desenvolvimento da Universidade do Minho¹ que iria servir de referência para a década de oitenta. Aí se apontavam as linhas de força para esse desenvolvimento e se fixavam metas, em três cenários possíveis, um deles considerado na época como muito ambicioso, já que mais do que triplicava o número de alunos nos oito anos imediatos. A problemática da expansão física e humana, apontada como a *prioridade das prioridades* face aos estrangulamentos existentes, constituiu o cerne desse importante documento de estratégia.

A conjuntura política e económica nacional continuou, porém, desfavorável. Embora os efectivos discentes tivessem evoluído praticamente de acordo com o cenário mais optimista (aumentaram de 1400 para 2448 alunos em três anos), as instalações

1 «Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo», Doc. RT-150582, Maio de 1982.

continuaram a ser provisórias e cada vez mais insuficientes. Continuou-se, contudo, a trabalhar com afinco, preparando vários e bons *dossiers* que culminaram, em 1985, com um conjunto de iniciativas que representaram um autêntico ponto de viragem e constituíram alguns dos marcos históricos desta Universidade. Ressaltam, dessas iniciativas, o arranque das instalações definitivas, a criação do Senado Universitário e o lançamento de novos cursos.

No que respeita às instalações, o intenso trabalho de equipa desenvolvido entre a Reitoria e o Gabinete das Instalações Definitivas permitiu que, nesse ano, fossem finalizados e aprovados os anteprojectos dos empreendimentos da primeira fase em ambos os polos, bem como os projectos de execução para as primeiras empreitadas, o que permitiu lançar os respectivos concursos para as obras e adjudicar as empreitadas de terraplenagens e infra-estruturas nos dois polos e ainda a empreitada de fundações e estruturas dos primeiros edifícios em Guimarães. As cerimónias de lançamento e bênção da primeira pedra das instalações, que tiveram lugar com a presença do Primeiro-Ministro nos dias 24 de Novembro de 1985 em Guimarães e 22 de Março de 1986 em Braga, pelo seu simbolismo e efeito mobilizador, ficam registadas como marcos indelévels na vida da instituição.

Com a perspectiva das novas instalações, foi iniciado um período de crescimento acelerado por forma a mitigar o claro subdimensionamento da Universidade. Ainda em 1985 foram aprovados por portaria cinco novos cursos (três de licenciatura e dois de pós-graduação), a que muitos outros se seguiram nos anos subsequentes, contribuindo para uma diversificação e alargamento da oferta de vagas. O número de alunos praticamente evoluiu até 1988 de acordo com o cenário mais favorável traçado em 1982, altura em que, com a entrada em funcionamento dos primeiros edifícios das instalações definitivas, disparou em flecha, ultrapassando largamente todas as metas estabelecidas.

A institucionalização do diálogo entre a Universidade do Minho e a região, promovida com a criação do Senado Universitário, constituiu, como referido, um marco igualmente importante. O Senado foi criado, em regime experimental, por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior de 30 de Maio de 1985. Como novidade, um terço dos membros eram personalidades exteriores à Universidade, convidadas pelo Reitor. O facto de o Secretário de Estado do Ensino Superior de então ser o Prof. Joaquim Pinto Machado ajudou muito à compreensão e aprovação da proposta que havia sido apresentada pela Universidade do Minho. Uma vez mais prevaleceu o espírito pioneiro desta instituição, que se antecipou em mais de quatro anos à criação dos Senados nas restantes Universidades e teve a coragem de fazer intervir a Comunidade no seu órgão deliberativo máximo com uma representatividade muito forte que, infelizmente, a Lei n.º108/ 88 veio restringir, ao colocar um limite de 15% para o número de membros exteriores.

Não entrarei em detalhes sobre o que foi o desenvolvimento da Universidade do Minho na sequência do arranque das instalações definitivas, até porque a partir dessa data foram publicados relatórios anuais de actividades que permitem seguir de perto o percurso efectuado. É, no entanto, de salientar que o grande crescimento registado

não constituiu um objectivo em si próprio, foi antes consequência inevitável de uma grande pressão de ingresso, tanto nos concursos nacionais como nos regimes de mobilidade, fruto das características demográficas da região, pressão essa a que a dinâmica adquirida pela Universidade pôde dar resposta, ainda que parcial. Algumas preocupações fundamentais estiveram sempre presentes neste período, nomeadamente a de não sacrificar a qualidade do ensino e da investigação à simples lógica dos números, a de promover o equilíbrio entre o desenvolvimento das Ciências e Tecnologias e o das Ciências Humanas e Sociais e a de perspectivar os dois polos da Universidade como verdadeiros núcleos universitários.

Este último aspecto merece algum aprofundamento, na medida em que a bipolarização da Universidade do Minho, com todas as potencialidades que se lhe reconhecem, tem gerado crises de certo modo recorrentes. O depoimento do Prof. Lloyd Braga mostra bem como a polémica ligada ao aparecimento dos dois polos atrasou em anos o desenvolvimento desta Universidade. As soluções então adoptadas a nível político não foram as mais convenientes, por implicarem, como se previa e veio a acontecer, um desenvolvimento artificial e menorizado do núcleo de Guimarães. Não admira, por conseguinte, que no interior da Universidade se tenha feito sentir no período pós-instalação um mal-estar crescente, que deflagrou em 1985/86 numa grave crise interna em que foi novamente posta em causa, por parte de docentes da Escola de Engenharia, a existência desse núcleo. O número de alunos em Guimarães era então de cerca de três centenas e meia, a grande maioria dos quais se deslocava diariamente a partir de Braga, junto com a quase totalidade dos respectivos docentes. Não havia massa crítica para funcionar com qualidade, não se verificava uma vivência universitária na cidade, o polo tinha uma vida artificial, tudo isto em boa parte resultante da decisão do Conselho de Ministros ao remeter para Guimarães apenas o funcionamento da parte terminal dos cursos tecnológicos, a partir do 3.º ano.

Ultrapassar essa crise representou o desafio mais sério que até hoje encontrei nestes já quase nove anos de exercício das funções de Reitor. Era óbvio que o funcionamento bipolar só faria sentido se, com o crescimento da instituição, cada um dos polos se perspectivasse como um verdadeiro núcleo universitário, o que implicaria, logo que possível, uma distribuição mais flexível dos cursos. Por outro lado, a experiência demonstrava ser praticamente impossível uma fixação efectiva de estudantes em Guimarães com os preparatórios de Engenharia a funcionar em Braga. Consciente desses factores e ainda da complexidade e melindre da questão, que era fundamental não deixar extravasar para discussões e polémicas de rua, a equipa da Reitoria, em diálogo muito estreito com as forças vivas da região, procurou, numa abordagem firme mas faseada, encontrar soluções para o desenvolvimento coerente dos dois núcleos da Universidade. Na sequência desse trabalho, o Senado Universitário aprovou, em Abril de 1987, um referencial da maior importância para o desenvolvimento da Universidade do Minho, do qual se destacam:

- A possibilidade de redistribuição dos cursos pelos dois núcleos e, nomeadamente, do funcionamento de cursos completos em Guimarães;
- A recomendação de que os cursos de Engenharia fossem prioritariamente situados em Guimarães, sem prejuízo de aí funcionarem

igualmente alguns cursos não tecnológicos e de alguns cursos de Engenharia poderem funcionar em Braga;

- A necessidade de criação de áreas científicas de índole propedêutica em Guimarães como condição para a transferência dos dois primeiros anos dos cursos de Engenharia;
- O princípio de que a localização de cada novo curso deveria resultar da situação das áreas científicas predominantes e das afinidades das novas áreas a criar com as áreas já existentes, isto é, deveria ter exclusivamente em conta o desenvolvimento lógico e coerente da Universidade.

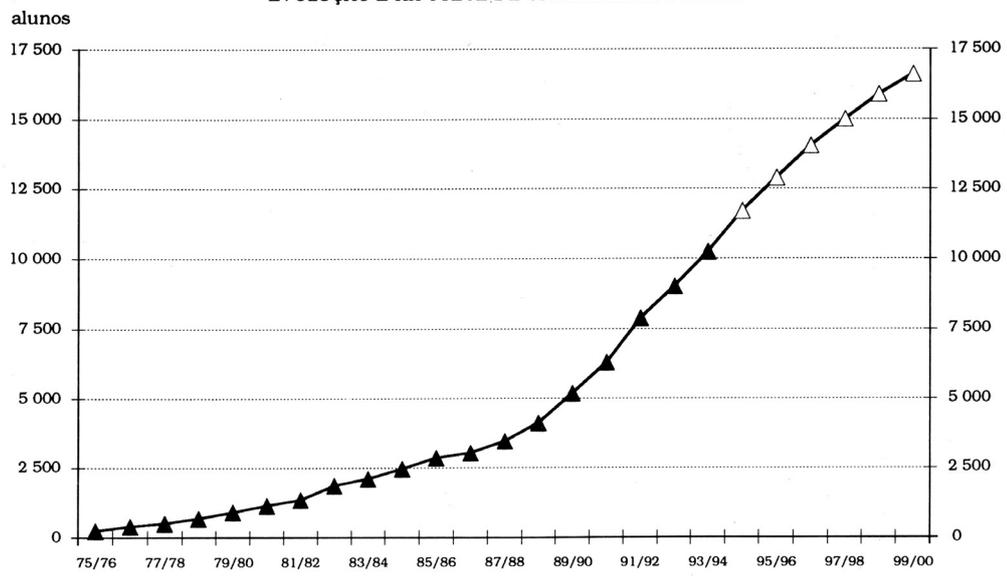
Com base nesses princípios foi possível, através de uma abordagem muito pragmática e dialogante, implementar um conjunto de medidas, desenvolvidas entre 1988 e 1991, no sentido de todos os cursos funcionarem de raiz num ou noutra dos núcleos e de se diversificarem os cursos. Para se ter uma ideia dos efeitos dessa deliberação do Senado bastará dizer que, com o actual número de alunos por curso e ano, caso se estivesse a cumprir estritamente a Resolução do Conselho de Ministros, a população discente no polo de Guimarães seria de 1942 alunos em vez dos actuais 2 830 alunos, isto é, seria de pouco mais de dois terços da actual. A esse aspecto quantitativo acresce ainda, e principalmente, a fixação dos alunos na cidade, embora cerca de 40% dos alunos se continuem a deslocar diariamente entre Braga e Guimarães.

Este meu depoimento, que reflecte uma óptica pessoal e necessariamente selectiva em relação aos temas abordados, ficaria muito incompleto sem uma referência à criação de tradição académica. A Associação Académica da Universidade do Minho, tirando partido de enraizadas tradições culturais e académicas da região, soube desenvolver um trabalho louvável de criação de tradições próprias que constituem já uma das componentes da imagem de marca da Universidade do Minho. O traje académico, as festividades do Enterro da Gata e o número considerável de agrupamentos artísticos e culturais, alguns dos quais se situam já entre os melhores do País, são exemplos de uma dinâmica que projecta a academia muito para além da região em que a Universidade se insere.

Tendo estado ligado de forma tão absorvente ao planeamento e execução do desenvolvimento da Universidade do Minho, é inevitável que se me coloque uma questão no momento em que a instituição completa vinte anos de existência: o que irão ser os próximos anos?

Sem pretender fazer futurologia ou avançar aqui com horizontes ou metas de desenvolvimento, atrevo-me, mesmo assim, a apresentar em anexo uma hipótese de evolução futura do corpo discente até ao fim da corrente década, a qual acredito possa vir a ser ultrapassada. Mas, mais importante que os números, é a minha convicção de que a Universidade saberá apostar cada vez mais na qualidade das infra-estruturas, dos recursos humanos, dos projectos, continuando a sua projecção ascendente nos meios universitários. E, acima de tudo, acredito que a maior parte dos seus membros, senão mesmo todos, continuarão a sentir, como eu sinto, orgulho de pertencer à Universidade do Minho.

CORPO DISCENTE DA UNIVERSIDADE DO MINHO
EVOLUÇÃO E HIPÓTESE DE CRESCIMENTO FUTURO





20
ANOS DE HISTÓRIA
DA
UNIVERSIDADE DO MINHO

DEPOIMENTOS E TESTEMUNHOS

José Veiga Simão

Carlos Lloyd Braga

Joaquim Pinto Machado

Diogo Freitas do Amaral

Lúcio Craveiro da Silva

Joaquim Barbosa Romero

Joaquim dos Santos Simões

João de Deus Pinheiro

Sérgio Machado dos Santos

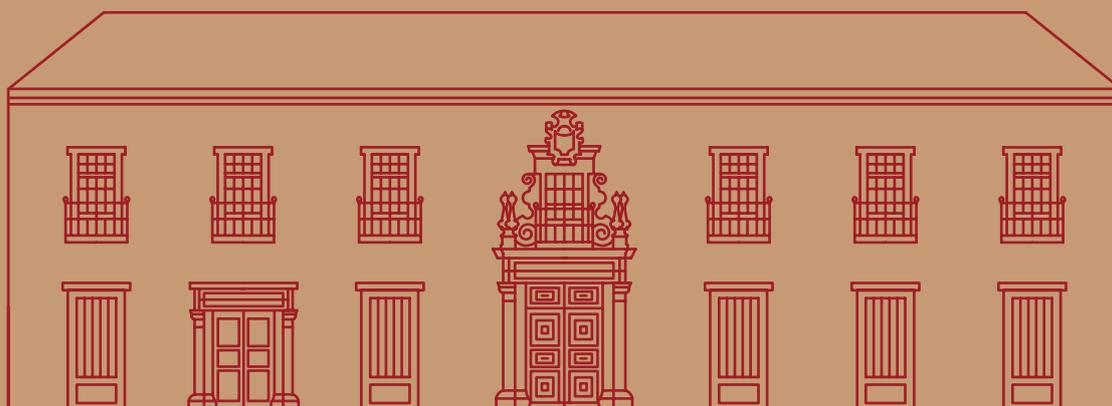
PRÓLOGO

Vítor Aguiar e Silva

BRAGA
UNIVERSIDADE DO MINHO
1994

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| PRÓLOGO | |
| Vítor Aguiar e Silva | 7 |
| DEPOIMENTO | |
| José Veiga Simão | 13 |
| DEPOIMENTO | |
| C. Lloyd Braga | 21 |
| NO 20.º ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DO MINHO | |
| Joaquim Pinto Machado | 49 |
| DEPOIMENTO | |
| Diogo Freitas do Amaral | 51 |
| O MEU TESTEMUNHO — A COMISSÃO INSTALADORA E A UNIVERSIDADE DO MINHO | |
| Lúcio Craveiro da Silva | 55 |
| A ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO | |
| J. Barbosa Romero | 63 |
| DESAFIO IRRECUSÁVEL | |
| J. Santos Simões | 75 |
| COM A BALIZA ÀS COSTAS... | |
| João de Deus Pinheiro | 99 |
| O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DO MINHO | |
| Sérgio Machado dos Santos | 103 |



O *e-book* que agora se edita, reavivando a memória dos primeiros vinte anos da história da Universidade do Minho, vem engrossar a coleção *História e Memória da Universidade do Minho / Documenta* da UMinho Editora, criada em 2020. Assim, a obra constitui-se como mais um passo na estratégia da instituição dar a conhecer o seu trajeto e construir a sua memória institucional, tirando partido das digitalizações que foram realizadas, desde 2012, pela Fundação Loyd Braga, no âmbito do Projeto de História da Universidade do Minho, patrocinado pela Reitoria e coordenado pela Professora Fátima Ferreira, docente do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-9074-42-2



9 789899 074422 >